

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-graduação em Ciência Política



Dissertação

***Think tanks* chineses no BRICS e a diplomacia científica**

Bruna Abreu Silveira

Pelotas, 2025

BRUNA ABREU SILVEIRA

***Think tanks* chineses no BRICS e a diplomacia científica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. William Daldegan

Pelotas, 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

S587t Silveira, Bruna Abreu

Think tanks chineses no BRICS e a diplomacia científica [recurso eletrônico] / Bruna Abreu Silveira ; William Daldegan, orientador. — Pelotas, 2025.
97 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Think tanks. 2. China. 3. BTTC. 4. Diplomacia científica. 5. BRICS. I. Daldegan, William, orient. II. Título.

CDD 320

Bruna Abreu Silveira

Think tanks chineses no BRICS e a diplomacia científica

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 27/03/2025

Banca examinadora:

Prof. Dr. William Daldegan (Orientador)

Doutor em Relações Internacionais pelo San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC SP)

Profa. Dra. Etiene Villela Marroni

Doutora em Ciência Política – Política Internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte Doutor em Relações Internacionais pela Universidad Nacional de La Plata (UNLP)

Para minha avó Margareth e meu avô Ivan.

Agradecimentos

À minha avó Margareth, que sempre esteve ao meu lado em todo o processo, desde a seleção ao último suspiro desta pesquisa. Sempre me incentivando a seguir em frente mesmo em meio às dificuldades, mudanças de humor e frustrações.

Às minhas irmãs Debora, Rafaela e meu irmão João Henrique, que sempre me apoiaram e me deram forças para continuar, pois o peso de ser irmã mais velha e dar o exemplo a eles sempre foi o meu maior combustível.

Aos meus dindos Paula e Luciano, que serão para sempre os alicerces da minha vida.

À minha mãe e ao meu avô Ivan que eu sei que estou deixando-o orgulhoso por seguir os mesmos passos dele.

E além de tudo isso, quero agradecer com muito amor, ao meu namorado Guilherme, que me conheceu em meio ao processo do mestrado e se tornou meu maior incentivador em continuar a caminhada mesmo em meio a muito choro, desabafos e ansiedades com relação a minha pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. William, que teve uma incrível paciência com o meu processo de desenvolvimento.

À todos, amigos do mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol-UFPel) da turma de de 2022, que serei grata pelo resto da minha vida em poder ter tido o privilégio de conhecer e dividir a caminhada. Obrigada em especial a Ester, Gustavo, Laura, Danny e Yndi que me proporcionaram momentos incríveis além de serem ótimos ombros para desabafos acadêmicos.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Economia, Política e Desenvolvimento Internacional (EPDI), pelo trabalho em equipe e pesquisas que me deram tantas ideias. E à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), por fomentar o EPDI e viabilizar essas pesquisas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou a dedicação integral à esta pesquisa.

Resumo

SILVEIRA, Bruna Abreu. **Think tanks chineses no BRICS e a diplomacia científica**. Orientador: William Daldegan. 2024. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

Esta dissertação tem como objetivo analisar o comportamento dos *think tanks* chineses, como instrumentos capazes de promover os interesses da China por meio da prática da diplomacia científica dentro do *BRICS Think Tank Council* (BTTC), o conselho de *think tanks* que opera dentro do BRICS. Para, assim, responder o seguinte problema: Como a diplomacia científica praticada pelos *think tanks* chineses no BTTC contribui para a projeção do soft power e dos interesses estratégicos da China no cenário multilateral? Será realizada através da análise de conteúdo uma análise dos principais documentos do BTTC, sites oficiais do BTTC e do CCBTC (*China Council for BRICS Think-tank Cooperation*) a fim de compreender a atuação desse conselho de *think tanks* chineses representantes dentro do BTTC. Ademais, como base teórica, será explorado os conceitos teóricos da diplomacia científica, suas dimensões e a estratégia diplomática da China. Tem-se como hipótese a instrumentalização do CCBTC como uma ferramenta capaz de expandir e fomentar os interesses da China através da cooperação científica dentro do BRICS. Intensificando cada vez mais o protagonismo da China dentro e fora do agrupamento por meio dos seus *think tanks* e da prática da diplomacia científica contemplando as suas diferentes dimensões.

Palavras-Chave: *Think tanks*; China; BRICS; BTTC; diplomacia científica

Abstract

SILVEIRA, Bruna Abreu. **Chinese think tanks in BRICS and scientific diplomacy.** Advisor: William Daldegan. 2024. 95 p. Dissertation (Master's in Political Science) – Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

This dissertation aims to analyze the behavior of Chinese think tanks, as instruments capable of promoting China's interests through the practice of scientific diplomacy within the BRICS Think Tank Council (BTTC), the think tank council that operates within the BRICS. In order to answer the following problem: how does the scientific diplomacy practiced by Chinese think tanks in the BTTC contribute to the projection of China's soft power and strategic interests in the multilateral scenario? An analysis of the main BTTC documents, official websites of the BTTC and the CCBTC (China Council for BRICS Think-tank Cooperation) will be carried out through content analysis in order to understand the performance of this council of Chinese think tanks representing within the BTTC. Furthermore, as a theoretical basis, the theoretical concepts of scientific diplomacy, its dimensions and China's diplomatic strategy will be explored. The hypothesis is the instrumentalization of the CCBTC as a tool capable of expanding and promoting China's interests through scientific cooperation within the BRICS. Increasingly intensifying China's protagonism inside and outside the grouping through its think tanks and the practice of scientific diplomacy taking into account its different dimensions.

Keywords: Think tanks; China; BRICS; BTTC; scientific diplomacy

Lista de Figuras

Figura 1: O <i>soft power</i> da ciência	30
--	----

Lista de Quadros

Quadro 1: Reuniões do BTTC.....	17
Quadro 2: As dimensões da Diplomacia Científica.....	31
Quadro 3: As “ondas” dos <i>think tanks</i>	42
Quadro 4: Categorias das afiliações dos <i>think tanks</i>	45
Quadro 5: Tipos de <i>think tanks</i> chineses.....	52
Quadro 6: Principais <i>think tanks</i> “Oficiais” chineses.....	53
Quadro 7: Principais <i>think tanks</i> “Semi-oficiais” chineses.....	55
Quadro 8: Principais <i>think tanks</i> “não-governamentais” chineses.....	56
Quadro 9: <i>Think tanks</i> representantes do BTTC.....	60
Quadro 10: Recomendações ao BRICS – Pilar China.....	62
Quadro 11: Indicadores e subtópicos dos Indicadores.....	67
Quadro 12: Co-presidentes do CCBTC.....	76
Quadro 13: Membros do CCBTC - Unidades Governantes.....	77
Quadro 14: Produções do CCBTC ao longo dos anos.....	80
Quadro 15: Dimensões da Diplomacia Chinesa.....	84

Lista de Abreviaturas e Siglas

AAAS - *American Association for the Advanced of Science*

BTTC – *BRICS Think Tank Council*

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BRI – Belt and Road Initiative

CNPIs – *Civilian nonprofit institutions* - Instituições civis sem fins lucrativos

CCCWS - *China Centre for Contemporary World Studies*

CCBTC - *China Council for BRICS Think-tank Cooperation*

CTI - Ciência, Tecnologia e Inovação

C&T - Ciência e Tecnologia

CNUDM - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

IPCC – Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas

ISS – International Space Station

NDB – Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

PCC – Partido Comunista da China

TNP - Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico-Norte

ONU – Organização das Nações Unidas

Sumário

Introdução	12
2. Cooperação e Diplomacia Científica	20
2.1 Cooperação	20
2.2 Diplomacia para a China	24
2.3 Diplomacia científica	28
2.3.1. Exemplos de cooperação e diplomacia científica	32
3. <i>Think tanks</i>, <i>Think tanks</i> chineses e o BTTC	40
3.1 <i>Think tanks</i>	42
3.2 <i>Think tanks</i> chineses	48
3.2.1. Tipos de <i>think tanks</i> chineses	52
3.2.2. O papel dos <i>think tanks</i> chineses para a China	57
3.3 BRICS Think Tank Council – BTTC	59
4. A prática da diplomacia científica por meio dos <i>think tanks</i> chineses no BTTC	71
4.1. <i>Think tanks</i> chineses no BTTC	72
4.1.1. <i>China Council for BRICS Think-tank Cooperation</i> (CCBTC)	74
4.2. Os <i>think tanks</i> chineses e a diplomacia científica no BRICS	81
Considerações Finais	87
Referências	90

Introdução

Esta dissertação tem como objetivo analisar o comportamento dos *think tanks* chineses, como instrumentos capazes de promover os interesses da China por meio da prática da diplomacia científica dentro do *BRICS Think Tank Council*, o conselho de *think tanks* que opera dentro do BRICS. Para, assim, responder o seguinte problema: Como a diplomacia científica praticada pelos *think tanks* chineses no BTTC contribui para a projeção do *soft power* e dos interesses estratégicos da China no cenário multilateral?

Tornando-se um fenômeno em diferentes lugares no mundo, os *think tanks*, são considerados organizações que podem ser institucionalizadas ou não, tendo a capacidade de produzir análises que procuram influenciar as políticas públicas e/ou a opinião pública, através da produção intelectual (McGann, 2012; Stone, 2007; Abelson, 2013; Medvetz, 2008). Os *think tanks*, podem, serem considerados articuladores, criadores de novas ideias políticas ou até mesmo “reembalar” antigas ideias para que assim, possam enquadrar ou impulsionar suas agendas sob o âmbito da influência sobre os *policymakers* (Salas-Porras e Murray, 2017).

O termo *think tank*, foi cunhado e começou a ser utilizado a partir da década de 1970. Estas organizações tornaram-se populares nos anos seguintes, principalmente nos Estados Unidos, onde localiza-se sua maior concentração (Abelson, 2014; McGann, 2007). Anteriormente eram considerados centros de pesquisa que exerciam o papel de assessoria para diferentes assuntos voltados às estratégias de guerra, frentes ideológicas, governos e partidos políticos (Salas-Porras e Murray, 2017). Conforme a pesquisa elaborada pela Universidade da Pensilvânia, dirigida por James McGann, o *2020 Global Go To Think Tank Index*, o número de *think tanks* existentes e ativos ao redor do mundo era de 11.175 até o ano de 2020. A China, estava na segunda posição do ranking, ficando atrás dos Estados Unidos, contendo um total de 1.413 *think tanks*. Nos últimos vinte anos a China experimentou uma alta repentina de *think tanks*. Zhu (2017), auxilia na classificação dos diferentes tipos de *think tanks* chineses, sendo estes divididos entre: instituições públicas, entidades legais, empresas, CNPIs¹ e *think tanks* dentro das universidades.

¹ *Civilian nonprofit institutions* - Instituições civis sem fins lucrativos (tradução nossa).

Os *think tanks* chineses são vistos como uma elite de conhecimento e o objetivo de tê-los em conjunto ao governo é maximizar as influências, as estratégias e mobilizar os recursos financeiros para que se formule novas políticas de forma mais eficiente (Zhu, 2012 p 8). Diferente da perspectiva anglo-americana (Stone, 2007), a qual o termo foi cunhado, a China redefine e atrela o conceito muito mais sob ótica do seu campo político, do seu contexto cultural, econômico e social (Zhu, 2012; Menegazzi, 2021).

No país, em sua maioria, os *think tanks* são institutos oficiais do governo ou que estão ligados ao governo. Estes, obtêm seus recursos diretamente pelo Partido Comunista e/ou acabam sendo anexados a departamentos de relações exteriores, de economia, setores militares ou de tecnologia. Os *think tanks* chineses que estão atrelados de alguma forma ao governo chinês, seja por recursos ou anexação a outros órgãos, possuem funções para apenas seguir um cronograma de pesquisas instituído pelo governo a fim de deixar mais “controlável” as opiniões públicas (Zhu, 2012 p 5).

Por sua vez, a criação do *BRICS Think Tank Council* (BTTC – sigla em inglês), trouxe para a dinâmica do BRICS² a possibilidade de utilizar da produção científica e intelectual dos *think tanks* para auxiliar nas decisões a serem tomadas pelos Chefes de Estados e de Governo durante as Cúpulas anuais. De forma a contribuir para que o agrupamento se consolide e possa tomar uma postura diante de áreas e assuntos específicos que fazem parte da agenda internacional. Por conta disso, durante a V Cúpula do BRICS em 2013, em Durban, na África do Sul, foi oficializada a criação do BTTC. Tendo como seu principal objetivo: “[...] formar uma plataforma para a troca de ideias entre pesquisadores, academia e *think tanks*, convocar o Fórum Acadêmico do BRICS, e apresentar recomendações de políticas e orientações aos Líderes do BRICS para considerações”³.

² Importante ressaltar que este ano de 2023, novos integrantes ingressaram no BRICS, porém não há uma previsão de como funcionará o conselho dos *think tanks* com a nova dinâmica. Por conta disso, para este projeto, utilizar-se-á somente da nomenclatura dos cinco principais países da sigla BRICS.

³ South African BRICS Think Tank. “*The main purposes of the establishment of the body, as encapsulated in the BTTC Declaration on the Establishment of the BRICS Think Tanks Council, are to form a platform for the exchange of ideas among researchers, academia and think tanks, to convene the BRICS Academic Forum, and to present policy recommendations and guidance to the BRICS Leaders for consideration.*” Disponível em: <https://sabtt.org.za/brics-think-tanks-council-bttc/about-the-bttc/>. Acesso em: 23 de setembro 2022

O BTTC é um conselho de *think tanks* formado pelos países integrantes do agrupamento do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Tendo como *think tank* representante da China até o ano de 2016 no BTTC, o *China Centre for Contemporary World Studies* (CCCWS). E a partir de 2017, o *China Council for BRICS Think-tank Cooperation* (CCBTC) foi criado e começou a representar o país no BTTC como um conselho de *think tanks* chineses especialistas em diversas áreas.

De modo que exista um avanço sobre a compreensão sobre as diferentes categorias de *think tanks* e a maneira que estes atores se destacam nas Relações Internacionais, é possível atrelar muito dos seus princípios a uma relação que se aproxima da prática de diplomacia científica. Na última década, o conceito de diplomacia científica destacou-se como sendo mais um novo campo das Relações Internacionais com objetivos de explicar a relação entre a ciência e a política externa (Ruffini, 2020). Onuki *et. al.* (2020) comenta que: “A diplomacia científica é uma estratégia para aproximar atores políticos reconhecendo na promoção da ciência uma ferramenta para busca da paz e do desenvolvimento da humanidade.”

Partindo disto, a definição de diplomacia científica, se tornou uma forma de fortalecimento para cooperação bilateral, intra-regional e até mesmo multilateral (Aranda, 2017). Conforme o relatório publicado na revista “*New Frontiers in Science Diplomacy: navigating the changing balance of power*”, elaborado pelas *American Association for the Advancement of Science* (AAAS) e *Royal Society* (apud Anunciato e Santos, 2020 p 38) a diplomacia científica se define como: “[...] um conceito fluído, mas que pode ser utilmente aplicado ao papel da ciência, tecnologia e inovação em três dimensões de políticas [...]”:

- I. *Ciência na diplomacia*: busca por informar os objetivos de política externa com aconselhamento científico;
- II. *Diplomacia para a ciência*: tem como objetivo facilitar a cooperação científica internacional; e
- III. *Ciência para a diplomacia*: utiliza da cooperação científica para melhorar a cooperação internacional entre os países e a solucionar problemas compartilhados.

Por se tratar de um conceito ainda fluído, as definições podem se interseccionar. Como destacado por Ruffini (2020, p 3, grifo nosso, tradução livre),

na prática não é possível delimitar fronteiras entre elas, pois, “[...] além de trazer benefícios científicos [...] a cooperação científica internacional pode gerar benefícios não-científicos por sua capacidade de trazer externalidades positivas para um melhor entendimento entre povos e países além da suavização das tensões decorrentes das relações políticas internacionais.”

Xi Jinping, presidente da República Popular da China, durante uma reunião do Partido Comunista em 2014 (tradução livre), defendeu que os “[...] recursos intelectuais são importantes, eles acabam por desempenhar um papel crucial no governo para que a China se torne um país renomado”. Continuou: “Deve ter como objetivo a promoção da tomada de decisões científicas e democráticas, promover a modernização do sistema e capacidade de governar do país, bem como fortalecer o *soft power* da China”⁴. Partindo dessas palavras, coube aqui relacionar a prática da diplomacia científica como um instrumento de *soft power* da China. Esta prática é capaz de impulsionar os interesses chineses utilizando o espectro da ciência em diversos ambientes. A diplomacia em si, é frequentemente destacada como um dos instrumentos mais eficazes de *soft power*. De acordo com Hedley Bull (1977), a diplomacia é indispensável para manter uma ordem internacional baseada em normas e consensos. Dessa forma, ao articular interesses nacionais de forma a coincidir com valores e interesses de outras nações, a diplomacia aumenta o poder persuasivo dos Estados.

Ou seja, a diplomacia, como um instrumento de *soft power*, ultrapassa o simples diálogo entre governos. Ela envolve iniciativas culturais, educacionais e de comunicação que criam uma percepção positiva e favorável do país no cenário internacional.

Cunhado em 1990 por Joseph S. Nye, o conceito de *soft power* (poder brando) conseguiu esclarecer um “novo” tipo de poder que ainda não tinha sido nomeado na história, mas que já era exercido por muitos Estados nas Relações Internacionais. Nye (2012, p 117), descreve que o conceito de *soft power*, não se

⁴ Trecho retirado da notícia de 27/10/2014: *Xi calls for new type of think tanks* – Site China Daily: “[...] *intellectual resources are the most important for a nation, playing a crucial role in governing a country successfully.*” - “*It should be targeted on promoting scientific and democratic decision making, promoting modernization of the country's governing system and ability, as well as strengthening China's soft power.*” Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/china/2014-10/27/content_18810882.htm . Acesso em 10 de agosto 2023.

restringe somente aos Estados, além de existir para uma multiplicidade de atores estatais e não-estatais que fazem parte das relações entre Estados, tais como: corporações, instituições, ONGs e redes terroristas transnacionais que com frequência conseguem seus resultados através desse poder. O *soft power*, nada mais é que a capacidade de influenciar outros para se obter resultados, por meio de ferramentas de persuasão onde parceiros possam ser manipulados para conseguir os resultados desejados (Nye, 2012). São três dos recursos básicos para o funcionamento do *soft power* de um Estado: através da sua cultura; dos seus valores políticos e de suas políticas externas. (Nye, 2012, p.119).

Sob essa ótica, a China entende que seu *soft power* está atrelado muito mais ao seu contexto cultural e aos seus valores políticos. Uma vez que estes valores originam-se de um regime não democrático, não impede que a China exerça uma política externa forte conforme seus termos. Nye (2021, p 205) se diz surpreendido em como a China, atualmente, tem se empenhado em desenvolver ferramentas capazes de “assustar seus vizinhos para que pudessem equilibrar as coalizões”. O desempenho da China, observado por Nye, reflete na forma que o país demonstra a sua necessidade em ampliar, através da produção científica, os conhecimentos políticos econômicos que podem redefinir sua posição no sistema internacional cada vez mais (Hayward, 2018).

A China, por meio do BRICS e de outros fóruns e instituições internacionais, parece estar edificando bases para impulsionar a sua influência de maneira informal e de forma branda em diferentes espaços (Armijo e Roberts, 2014). Tendo como ambição, uma abordagem cada vez mais ativa nas obrigações internacionais, em espaços de cooperação e, dessa forma, aperfeiçoando seu *status* internacional.

Sob à luz da metodologia escolhida para esta pesquisa, optou-se por um estudo qualitativo do tipo analítico-descritivo, por meio de pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo. O método de análise de conteúdo de Bardin (2011, p 15) que se concentra em três fases: 1) pré análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação e 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação destes.

Pré análise e coleta do material

Nesta fase, foram coletados materiais para compor a análise da pesquisa implicando em uma bibliografia selecionada, notícias sobre o BTTC e os *think tanks*

chineses em jornais dos países sedes de cada encontro anual do BRICS, documentos oficiais do BTTC, artigos e relatórios advindos do Partido Comunista que fale sobre *think tanks* chineses envolvidos e declarações do governo chinês sobre o BTTC e seus *think tanks*. Assim sendo, foi necessário seguir a linha cronológica do ano de oficialização do BTTC, 2013 até 2023, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Reuniões do BTTC

Ano da Cúpula	Reuniões do BTTC	Documentos elaborados pelo BTTC	País-sede da Cúpula
2013	Oficialização do <i>BRICS Think Tank Council</i> (BTTC) durante o 4º Fórum Acadêmico. Os cinco países membros representados por seus respectivos <i>think tanks</i> .	-	Durban, África do Sul
2014	5º Fórum Acadêmico, primeiro organizado pelo BTTC.	Elaboração do documento: “ <i>Towards a Long Term Strategy for BRICS</i> ”	Rio de Janeiro, Brasil
2015	6º Fórum Acadêmico. 2ª Reunião do BTTC, onde foi oferecido aos Chefes de Estados e de Governo o documento elaborado no ano anterior	Documento elaborado pelos cinco <i>think tanks</i> do BTTC no ano anterior e dividido em cinco diferentes temas onde cada país membro ficou responsável.	Ufá, Rússia
2016	7º Fórum Acadêmico. 3ª Reunião do BTTC	BTTC elabora uma nova proposta chamada de: “ <i>Realizing the BRICS long-term goals: Road-maps and Pathways</i> ”	Goa, Índia
2017	8º Fórum Acadêmico. 4ª Reunião do BTTC.	Relatórios sobre os temas dos documentos já propostos anteriormente.	Xiamen, China
2018	9º Fórum Acadêmico. 5ª Reunião do BTTC.	-	Johanesburgo, África do Sul
2019	10º Fórum Acadêmico. 6ª Reunião do BTTC.	-	Brasília, Brasil
2020	11º Fórum Acadêmico. 7ª Reunião do BTTC	Relatório de reunião e elaboração de Indicadores de Progresso da Cooperação do BRICS pelo BTTC	São Petersburgo, Rússia (Virtual)
2021	12º Fórum Acadêmico. 8ª Reunião do BTTC	Relatório de recomendações do BTTC e Fórum Acadêmico.	Nova Délhi, Índia (Virtual)
2022	13º Fórum Acadêmico. 9ª Reunião do BTTC	Relatório sobre o trabalho dos <i>think tanks</i> do BRICS do ano de 2021. Criação da Rede de <i>Think Tanks</i> do BRICS para Finanças	Pequim, China (Virtual)
2023	14º Fórum Acadêmico. 10ª Reunião do BTTC	Comemoração dos 10 anos de BTTC. Oficialização da Rede de <i>Think Tanks</i> do BRICS para Finanças	Joanesburgo, África do Sul

Fonte: Elaborado pela autora.

Análise e categorização do material

Nesta fase foram lidas, categorizadas e analisadas as informações necessárias advindas dos documentos oficiais do BTTC, artigos e declarações, notícias e bibliografia. Tentando focar nos trabalhos elaborados e desenvolvidos pelo CCTBC, os tópicos em que os *think tanks* chineses foram encarregados ou que membros deste grupo de *think tanks* trabalhou em conjunto com outros membros do BTTC. Sendo os seguintes documentos selecionados para analisar a performance

dos *think tanks* chineses no BTTC: “*Towards a Long Term Strategy for BRICS*” (2015) e o “*Realizing the BRICS long-term goals: Road-maps and Pathways*” (2016).

Ademais, foi necessário através do conceito e das dimensões da diplomacia científica, interpretar a performance dos *think tanks* chineses na elaboração dos documentos e como estes estariam ali para representar os interesses da China.

Tratamento e interpretação dos dados

Observou-se que dentro da linha cronológica que se segue da oficialização do BTTC em 2013 até o ano de 2023, houve a elaboração de três importantes documentos produzidos pelo BTTC, porém apenas o documento “*Towards a Long Term Strategy for BRICS*” (2015) e o documento “*Realizing the BRICS long-term goals: Road-maps and Pathways*” (2016) foram selecionados para contemplar a análise deste estudo. Cada um destes documentos fora dividido em cinco Grupos de Trabalhos, sendo cada um dos *think tanks* representantes de cada país membro do BRICS responsável pela produção e desenvolvimento dos diferentes tópicos que foram discutidos e recomendados aos Chefes de Governo. Outros documentos, como os relatórios de reuniões e recomendações foram descartados da análise pois se trata de documentos que são somente assinados pelo conjunto dos cinco *think tanks* do BTTC, não cabendo nestes documentos a divisão das funções que cada um dos cinco *think tanks* exerceu.

A estrutura desta dissertação conta com esta introdução, um segundo capítulo direcionado aos conceitos teóricos, o terceiro capítulo sobre *think tanks* e *think tanks chineses*, um quarto capítulo focado na análise da pesquisa e por fim as considerações finais.

No capítulo 2, são explorados os conceitos teóricos acerca da cooperação, diplomacia da China e de diplomacia científica apresentando as diferentes abordagens sobre cooperação internacional e diplomacia científica presentes na literatura. É realizada uma discussão mais ampla sobre essa modalidade de diplomacia e seu alcance, principalmente da China, para promover seus interesses por meio da ciência.

No capítulo 3, é discutida a crescente atuação dos *think tanks* como ferramentas de diplomacia científica. Iniciando com uma análise acerca da concepção do conceito do que são *think tanks*, pois ainda se trata de um conceito

com muitas nuances sobre que lugares ocupam e quais suas classificações. A ideia principal é discutir o conceito de forma mais unificada e geral para abordar sobre especificamente os *think tanks* chineses e suas características singulares. Ainda no capítulo 3, a análise do ambiente do CCBTC no BRICS Think Tank Council (BTTC).

O capítulo 4 analisa os dados coletados através dos documentos, site oficial do CCBTC e das Cúpulas. Esses dados ajudam a encontrar respostas para algumas lacunas, levantadas ao longo da pesquisa. Buscou-se analisar como a China se destaca no BRICS e no BTTC. Diferente dos outros países do BRICS, que são representados por apenas um *think tank*, a China formou um conselho com vários *think tanks* influentes, o CCBTC, para representar seu país de maneira unificada. Isso mostra que a China investe fortemente em áreas e estratégias que outros países não costumam priorizar. O CCBTC tem como objetivo promover a cooperação científica entre os países membros e utilizar a ciência como uma forma de expandir a influência diplomática do agrupamento, criando uma plataforma para debates e soluções coletivas para desafios globais.

Portanto, sob o panorama da introdução apresentada, esta dissertação desenvolve uma análise acerca dos *think tanks* chineses e da prática da diplomacia científica, a partir do ambiente do BTTC. Com entusiasmo de contribuir academicamente para as áreas de Relações Internacionais e da Ciência Política, de forma a preencher as lacunas que ainda existem na literatura relacionadas às abordagens destes tópicos.

2. Cooperação e Diplomacia Científica

Este capítulo conceitua diplomacia científica e promove reflexões teóricas essenciais a fim de dar suporte à análise do tema central do trabalho. Esta discussão se justifica pelos seguintes motivos: (i) o conceito de diplomacia científica ganhou uma relevância crescente desde 2010, quando a disseminação formal do conceito pela *AAAS* e pela *Royal Society* levou acadêmicos a repensarem os papéis dos cientistas, diplomatas, governos e instituições não estatais na produção e difusão do conhecimento; (ii) há uma notável polarização de poder entre ciência e política, bem como entre as perspectivas do Sul Global com as do Norte, principalmente com relação à comunidade científica de cada um; (iii) a diplomacia científica se tornou uma ferramenta fundamental para abordar desafios globais e promover a cooperação internacional.

O capítulo 2 é estruturado em três seções com foco nos conceitos gerais sobre cooperação, diplomacia na perspectiva chinesa e diplomacia científica. Segue uma progressão lógica, desde a ideia do que se entende de cooperação entre nações, para a vinculação da ciência e formulação de políticas externas dos Estados, particularmente no contexto do BRICS. Neste capítulo é avaliado como a diplomacia científica se tornou uma ferramenta eficaz para os países expandirem sua presença global e moldarem a ordem internacional em torno de seus interesses. Para além disso, é examinado como a eficácia da prática da diplomacia científica foi ampliada nos países em desenvolvimento, especialmente entre os membros do BRICS e especificamente na China.

2.1 Cooperação

A cooperação internacional é definida por Keohane (1984) como um processo de coordenação de políticas compartilhadas pelo quais os atores (Estados, instituições, organizações etc.) ajustam o seu comportamento às preferências reais ou esperadas de outros atores. O autor (1984) sustenta, que a cooperação entre os países pode, sob determinadas condições, surgir a partir de interesses complementares que cada um pode manifestar, e que as instituições interferem nos padrões de cooperação que surgem ao longo do processo (Keohane, 1984).

As instituições e regras estabelecidas não apenas refletem padrões de comportamento dos países, principalmente das potências que dominam o cenário

internacional, mas também afetam os padrões de comportamento da política global de modo geral (Keohane, 1984). Por esta razão, o autor (1984) atribui aos regimes internacionais a característica de ser a variável importante que se coloca entre os fatores causais deliberados pelos países e demonstrados durante o processo, e dos padrões de comportamentos resultantes disso.

Adiciona-se a este contexto o que Krasner (1982, p.2, tradução livre) define sobre os regimes internacionais como “[...] conjuntos de princípios implícitos ou explícitos, normas, regras e procedimentos para a tomada de decisão em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em uma determinada área das relações internacionais”⁵. Os regimes podem influenciar os resultados da política internacional estimulando o aumento da cooperação entre os países desde que existam interesses mútuos. Há redução das dúvidas quanto ao comportamento a ser adotado por outros países e decorrente da ampla troca de informações dentro do regime.

Em vista disso, os regimes internacionais podem minimizar os efeitos do sistema anárquico e podem modificar contextos em que somente potências hegemônicas (*hegemon*) (Keohane, 1984) tomam as decisões no cenário internacional. O objetivo dos regimes internacionais, principalmente, se dá por tornar a ação dos países o mais previsível possível e, conseqüentemente, facilitar a cooperação em áreas temáticas específicas das relações internacionais de forma menos desigual e amplamente considerada pertinente por todos envolvidos (Krasner, 1982; Keohane, 1984).

No período da Guerra Fria, em meio a competição entre as duas superpotências, Estados Unidos e Rússia, despertou uma responsabilidade conjunta em outros países por assuntos internacionais que poderiam abalar o mundo de forma devastadora. Permitindo que governos “fortes” e “fracos” concordassem em elaborar compromissos de gestão internacional. Tratados, acordos, regimes internacionais e a criação de organizações foram concluídos e mantidos sob supervisão mútua dos países. Dentro deste período, acordos e tratados importantes, se tornaram exemplos de cooperação internacional, como: o Tratado da Antártida

⁵ Krasner (1982, p.2): “[...]sets of implicit or explicit principles, norms, rules and decision-making procedures around which actor expectations converge in a given area of international relations”.

(1959)⁶, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP - 1970)⁷, o Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM – 1982)⁸, Organização do Tratado do Atlântico-Norte (OTAN - 1949)⁹, Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC - 1988)¹⁰ dentre outros.

Outros tipos de cooperação internacional bem-sucedida e que tem se mantido enquanto conceito e prática nas relações internacionais, é a cooperação Sul-Sul (Dantas, 2023). A cooperação Sul-Sul é considerada uma cooperação técnica usada como ferramenta pelos países em desenvolvimento do Sul-Global com objetivos de: fomentar a autossuficiência dos países; aumentar e melhorar as comunicações entre o Sul-Global; desenvolver intercâmbio de experiências e compartilhamento de recursos; criar e fortalecer as capacidades tecnológicas existentes; permitir aos países alcançarem maior participação nas atividades econômicas internacionais, entre outros¹¹. Vale ressaltar, por exemplo, a relação

⁶ Tratado da Antártida, celebrado em 1º de dezembro de 1959 em Washington. Brasil adere ao tratado em 16 de maio de 1975. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d75963.htm > . Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

⁷ Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TPN), assinado em Londres, Moscou e Washington, em 1º de julho de 1968. Brasil adere ao tratado em 18 de setembro de 1998. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2864.htm > Acesso em 15 de fevereiro de 2024

⁸ Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), celebrada em Montego Bay, a 10 de dezembro de 1982. Brasil adere em 22 de dezembro de 1988. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html> > . Acesso em: 15 de fevereiro de 2024

⁹ Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), celebrado em 1949 em Bruxelas. Disponível em: < https://www.nato.int/nato-welcome/index_pt.html > . Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

¹⁰ Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC), celebrado em 1988, com a adesão de 195 países. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/> . Acesso em: 15 de fevereiro de 2024.

¹¹ De acordo com a United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSSC): “foster the self-reliance of developing countries by enhancing their creative capacity to find solutions to their development problems in keeping with their own aspirations, values and specific needs; promote and strengthen collective self-reliance among developing countries through the exchange of experiences; the pooling, sharing and use of their technical and other resources; and the development of their complementary capacities; strengthen the capacity of developing countries to identify and analyse together their main development issues and formulate the requisite strategies to address them; increase the quantity and enhance the quality of international development cooperation through the pooling of capacities to improve the effectiveness of the resources devoted to such cooperation; create and strengthen existing technological capacities in the developing countries in order to improve the effectiveness with which such capacities are used and to improve the capacity of developing countries to absorb and adapt technology and skills to meet their specific developmental needs; increase and improve communications among developing countries, leading to a greater awareness of common problems and wider access to available knowledge and experience as well as the creation of new knowledge in tackling development problems; recognize and respond to the problems and requirements of the least developed countries, landlocked developing countries, small island developing States and the countries most seriously affected by, for example, natural disasters and other crises; and enable developing countries to achieve a greater degree of participation in international economic activities and to expand international cooperation for development.” Disponível em: < <https://unsouthsouth.org/about/about-sstc/> > . Acesso em: 4 e abril de 2024.

entre Brasil e China estabelecida através de laços cooperativos bilaterais desde 1980, frutos da cooperação Sul-Sul. A cooperação entre esses dois países além dos setores econômicos e financeiros, se dá principalmente por meio de uma parceria no campo de CTI (Ciência, Tecnologia e Inovação), especialmente no desenvolvimento de pesquisas e projetos na área espacial (Dantas, 2023).

É desse modo que, dentro do espectro da cooperação internacional, temos a cooperação científica internacional, que também atende por diferentes nomenclaturas, dependendo de como cada país aborda em suas estratégias políticas, tais como: cooperação científica e tecnológica internacional; cooperação científica e tecnológica; cooperação da ciência e inovação; cooperação científica, tecnológica e de inovação; dentre outras. Todavia, indiferente da nomenclatura usada, este tipo específico de cooperação, busca promover o avanço do conhecimento sinergicamente. O fluxo de conhecimento científico disseminado internacionalmente acabou se tornando muito intenso com relação à pesquisa básica, principalmente com os avanços tecnológicos e de compartilhamento que temos hoje em dia.

A cooperação internacional em C&T (Ciência e Tecnologia) e P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) se tornou relevante para os países em desenvolvimento ao longo dos anos, não somente para a obtenção dos objetivos que dizem respeito ao âmbito científico (ex: as três dimensões da diplomacia científica), mas a como estes elementos funcionam de forma estimulante para aproximar outras esferas, como a econômica e principalmente a política no cenário internacional. Isso acontece através da cooperação científica internacional e da prática da diplomacia científica. Diferentes fenômenos que muitas vezes acabam sendo confundidos facilmente, porém que fazem parte do mesmo “guarda-chuva” de ações em prol do compartilhamento científico (Copeland, 2016).

A cooperação científica internacional é definida através de duas lentes: a lente da colaboração internacional e a lente da promoção dos interesses estatais (Turekian *et. al.*, 2015; 2018). Dentro da lente sobre a ‘promoção dos interesses estatais’ está a diplomacia científica que, como explicado anteriormente, procura impulsionar os interesses nacionais, de forma direta ou indireta (Gluckman *et al.* 2017; Copeland, 2016; Flink e Schereiterer, 2010). Apesar da classificação necessária destes termos, qualquer esforço científico internacional específico tem,

frequentemente, diferentes propósitos, como por exemplo: aperfeiçoar as relações internacionais ou para se fazer cumprir objetivos do próprio campo científico (Turekian *et. al.*, 2015).

Entendendo as sinergias entre cooperação científica internacional e diplomacia científica, fica evidente como a diplomacia científica pode ampliar sua capacidade para além das relações bilaterais, passando a ter uma maior potencialidade em lidar com problemas de nível global. Por sua vez, esses problemas em grande escala, requerem a cooperação de um número significativo de países dispostos a se envolverem para um “bem” maior (Gluckman, 2016). Ademais, a diplomacia científica é capaz de abordar e solucionar os desafios que incluem questões sensíveis para muitos países, principalmente países em desenvolvimentos e países pobres que sofrem muito mais com questões como alterações climáticas, saúde, segurança alimentar e os riscos de guerras e conflitos entre grandes potências.

2.2 Diplomacia para a China

Como forma de compreender como se dá a prática da diplomacia científica, primeiro, é importante compreender a origem da prática da diplomacia. A diplomacia é uma prática e um campo de estudos das Relações Internacionais que envolve a negociação e comunicação entre representantes oficiais de diferentes Estados ou organizações internacionais. Seu principal objetivo é resolver conflitos, promover cooperação e alcançar acordos pacíficos em assuntos de interesse comum dos Estados. A diplomacia é exercida por diplomatas profissionais, incluindo embaixadores, enviados especiais e outros agentes diplomáticos. Para Kissinger (1994; 2014), a diplomacia é uma combinação entre arte, ciência e os métodos pelos quais os Estados, grupos ou indivíduos conduzem seus negócios, visando proteger seus interesses e promover suas relações políticas, econômicas, culturais ou científicas, mantendo, ao mesmo tempo, relações pacíficas.

Em paralelo, Sharp (1999) afirma que a diplomacia pode ser dissociada do Estado, devendo ser compreendida no contexto das relações humanas. De acordo com Sharp (1999, p. 33), a diplomacia é "uma prática humana distinta, caracterizada pela construção explícita, representação, negociação e manipulação de entidades necessariamente ambíguas". Apesar do autor (1999) reconhecer que o aparato formal do Estado moderno vestefaliano está perdendo sua posição central como ator

independente e soberano, a diplomacia ainda permanece como um componente significativo na estrutura institucional.

A perspectiva chinesa sobre diplomacia tem características multifacetadas, reflexo das tradições históricas chinesas, da filosofia política e das estratégias modernas da China. Zhao (2016) enfatiza a estratégia de "diplomacia de grande poder" da China que se vê como uma grande potência responsável que possui a capacidade de contribuir para a estabilidade e prosperidade global. Essa abordagem inclui a participação ativa em organizações internacionais e a promoção de um sistema global mais justo e equilibrado, como por exemplo o BRICS. Qin (2016) analisa o conceito de "*Tianxia*" (tudo sob o céu) e sua relevância para a diplomacia chinesa e argumenta que a China deve futuramente adotar uma abordagem inclusiva e harmoniosa nas relações internacionais, promovendo a ideia de uma comunidade global com um futuro compartilhado.

Dentro da diplomacia multifacetada da China, além da diplomacia econômica, da diplomacia de segurança, destacam-se a diplomacia pública, e, cultural e científica chinesa. A diplomacia econômica da China envolve o uso de políticas e estratégias para fortalecer sua posição global por meio de comércio, investimentos e parcerias internacionais, como por exemplo, a Belt and Road (BRI), visando expandir a conectividade global e promover o comércio entre países (Zhao, 2010). Essa diplomacia também conta com a atração de investimentos, acordos bilaterais e promoção da moeda chinesa no comércio global.

Já a diplomacia de segurança chinesa visa promover a estabilidade regional e global, com foco na não-interferência e resolução pacífica de conflitos, ao mesmo tempo em que fortalece suas capacidades militares e estabelece alianças estratégicas (Breslin, 2013). A China prefere uma abordagem multilateral, utilizando fóruns como a ONU e a Organização de Cooperação de Xangai para expandir sua influência a fim de garantir a segurança internacional.

A diplomacia pública tem por intuito melhorar a imagem global do país e influenciar a opinião pública internacional (D'Hooghe, 2015). A China utiliza de uma variedade de ferramentas como as mídias estatais, programas culturais e intercâmbios educacionais para alcançar esses objetivos. E ligada a essa diplomacia, está a diplomacia cultural e científica destacando-se o papel dos Institutos Confúcio na promoção da língua e cultura chinesas no exterior. Palit (2013)

diz que a diplomacia cultural é crucial para a estratégia da China para aumentar sua influência global. A diplomacia científica e a diplomacia cultural do país são elementos importantes que fazem parte da estratégia de política externa, ou seja, utilizam da ciência e tecnologia e dos fatores culturais como pontes para construir relações internacionais fortes e mutuamente benéficas.

A diplomacia científica nasce como um “novo” conceito para as relações internacionais, uma variante da prática da diplomacia, que visa interseccionar as esferas da ciência e da diplomacia exercida pelos Estados (Ruffini, 2020). Embora a expressão como hoje em dia conhecemos, tenha sido disseminada mais formalmente somente em 2010 por meio do relatório publicado pela revista “*New Frontiers in Science Diplomacy: navigating the changing balance of power*”, elaborado pelas importantes instituições *American Association for the Advancement of Science (AAAS)* dos Estados Unidos e a *Royal Society* do Reino Unido, a relação entre ciência e diplomacia já existe na história das relações internacionais há muitos anos.

Apesar dos diversos estudos (Kunkel, 2021; Ruffini, 2020; Krasnyak, 2018; Gluckman *et al*, 2017; Royal Society, 2010; Copeland, 2016) terem sido realizados à vista da relação entre ciência e diplomacia ao longo dos anos, a inserção do termo ‘diplomacia científica’ no vocabulário das Relações Internacionais, no início do século XXI, motivou os estudiosos a repensarem sobre a atuação de cientistas, diplomatas, governos e instituições não-estatais na difusão e produção de conhecimento, assim como a repensar na elaboração de políticas externas ligadas a ciência e tecnologia (Kunkel, 2021; Krasnyak, 2018; Krige e Barth, 2006). O termo “Diplomacia Científica” foi utilizado pela primeira vez por Nina V. Fedoroff (2008), durante a sua atuação no cargo como Assessora de Ciência e Tecnologia da Secretária de Estado dos Estados Unidos de Condoleezza Rice (2006 – 2009) e de Hillary Clinton (2009 a 2013). Em um de seus textos como assessora durante o governo Bush (2001-2009), Nina Fedoroff (tradução nossa. 2009 p 1) diz que:

A diplomacia científica é o uso de colaborações científicas entre nações para abordar o problema comum. Problemas que a humanidade enfrenta no século XXI e construir parcerias internacionais construtivas. Lá há muitas maneiras pelas quais os cientistas podem contribuir para esse processo.

Desse modo, imperativamente, o conceito de diplomacia científica já habitava os discursos estadunidenses, em muitos aspectos sendo considerados

como uma ferramenta de *soft power* (Nye, 1990; 2012)¹², no intuito de melhorar a manutenção do poder e da segurança dos Estados Unidos (Copeland, 2016; Fedoroff, 2009).

Já Krige e Barth (2006), desenvolveram uma análise a partir da política externa dos Estados Unidos que está voltada para assuntos sobre ciência e tecnologia (C&T). Os autores (2006), de forma mais específica, afirmam que os Estados Unidos utilizaram sua capacidade científica para atingir objetivos políticos no continente europeu após a Segunda Guerra Mundial. Os poderes científicos e tecnológicos utilizados pelo país objetivaram estreitar os laços entre os Estados Unidos e a Europa na área da ciência, como parte dos esforços para inibir o comunismo e assim fortalecer o capitalismo.

Importante ressaltar que, a diplomacia científica está intimamente atrelada em como cada Estado desempenha seu regime político, projetando nas suas instituições, também, o mesmo tratamento. Se executada de uma maneira eficiente, a diplomacia científica pode favorecer o poder e a influência dos Estados na arena política internacional. Segundo Turekian (2018), a diplomacia científica se tornou um processo pelo qual os Estados podem representar seus interesses em ambientes internacionais mediante discussões em múltiplas áreas de conhecimentos que são adquiridos através do método científico. De forma que, a partir do momento que o conceito se tornou mais disseminado, a academia e diversas instituições aprofundaram debates em torno do significado do conceito da diplomacia científica e de sua prática em questões diversas de problemas globais (Krasnyak e Ruffini, 2020). São algumas das importantes instituições que desenvolvem pesquisa sobre a diplomacia científica: a *International Network for Government Science Advice* (INGSA)¹³, *International Institute for Applied System Analysis* (IIASA)¹⁴, *Center for Science Diplomacy of the American Association for the Advancement of Science*

¹² Joseph S. Nye (1990; 2012) apresenta o conceito de *soft power*, ao lado do *hard power*, como um dos conceitos derivados do poder. O *soft power* está baseado na capacidade do ator de usar a atração e a cooptação de seus recursos intangíveis (instituições, ideias, valores e cultura) para atingir os objetivos que deseja. Para Nye (2012, p 44), o *soft power* “[...] é a capacidade de afetar outros utilizando meios cooptativos de ajuste de agenda, persuasão e produção de atração positiva para a obtenção de resultados preferidos”.

¹³ *International Network for Government Science Advice* (INGSA). Disponível em: < <https://ingsa.org/>> . Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

¹⁴ *International Institute for Applied System Analysis* (IIASA). Disponível em: < <https://iiasa.ac.at/>> . Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

(AAAS)¹⁵, *Science Diplomacy Center of Tufts University*¹⁶, *International Science Council*, and the *Science Diplomacy Thematic Network at the University of the Arctic*¹⁷.

Dada esta breve introdução, este capítulo, tem por objetivo trazer a conceitualização da diplomacia científica e promover reflexões teóricas essenciais para auxiliar na análise do tema central desta pesquisa.

2.3 Diplomacia científica

Uma das premissas fundamentais da diplomacia científica é entender que esta, advém da prática diplomática de um país (Krasnyak, 2018), sendo considerada como um tipo de ferramenta de *soft power* (Nye, 1990; 2012). Segundo Ruffini (2020), a diplomacia se dá por um conjunto de ações, de diálogos, negociações e representações que um país toma em relação a outros.

Foi sob esta ótica, embora parcial para uma definição concreta, que em 2010, a *American Association for the Advancement of Science (AAAS)* e a *Royal Society*, lançaram conjuntamente um relatório pioneiro para a organização institucional da prática. A publicação deste relatório, de título “*New Frontiers in Science Diplomacy: navigating the changing balance of power*”, trouxe para as relações internacionais, um novo vocabulário a ser utilizado para então explicar as interações entre os campos da ciência e da diplomacia.

O relatório afirma que cientistas e diplomatas não são naturalmente companheiros, porém, apesar das diferenças, a ciência acaba sendo uma grande apoiadora da cooperação internacional (Royal Society, 2010). Acrescenta que é provável que ocorram progressos significativos no campo da governança global por meio de fóruns que apoiam a interação entre atores governamentais e da sociedade civil, incluindo a comunidade científica. Estes, em conjunto, são uma importante fonte do aconselhamento científico para os *policymakers*¹⁸, como por exemplo a atuação dos *think tanks* no *BRICS Think Tank Council* abordado mais à frente.

¹⁵ *Center for Science Diplomacy of the American Association for the Advancement of Science (AAAS)*. Disponível em: < <https://www.aaas.org/programs/center-science-diplomacy> > . Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

¹⁶ *Science Diplomacy Center of Tufts University*. Disponível em: < <https://sites.tufts.edu/flecherrussia/science-diplomacy-course/> > Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

¹⁷ *International Science Council, and the Science Diplomacy Thematic Network at the University of the Arctic*. Disponível em: < <https://www.uarctic.org/activities/thematic-networks/science-diplomacy/> > . Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

¹⁸ *Policymakers* – palavra em inglês para ‘formuladores de políticas’.

Os *think tanks*, podem oferecer certa liderança no diálogo entre a comunidade científica e os *policymakers* já que esses se dedicam a ofertar seus recursos intelectuais em prol da ciência como um importante componente da diplomacia moderna (Royal Society, 2010. p 7). Entretanto, do lado da diplomacia deve-se exigir dos *policymakers* um mínimo de “sabedoria” científica ou acesso mais livre a estas, ao passo que do lado da comunidade científica deve-se ter uma comunicação mais acessível e entendível ao contexto político. Desse modo, a diplomacia científica define-se como um: “[...] um conceito fluído, mas que pode ser utilmente aplicado ao papel da ciência, tecnologia e inovação em três dimensões de políticas [...]”: *ciência na diplomacia; diplomacia para a ciência e ciência para a diplomacia* (apud Anunciato e Santos, 2020 p 38).

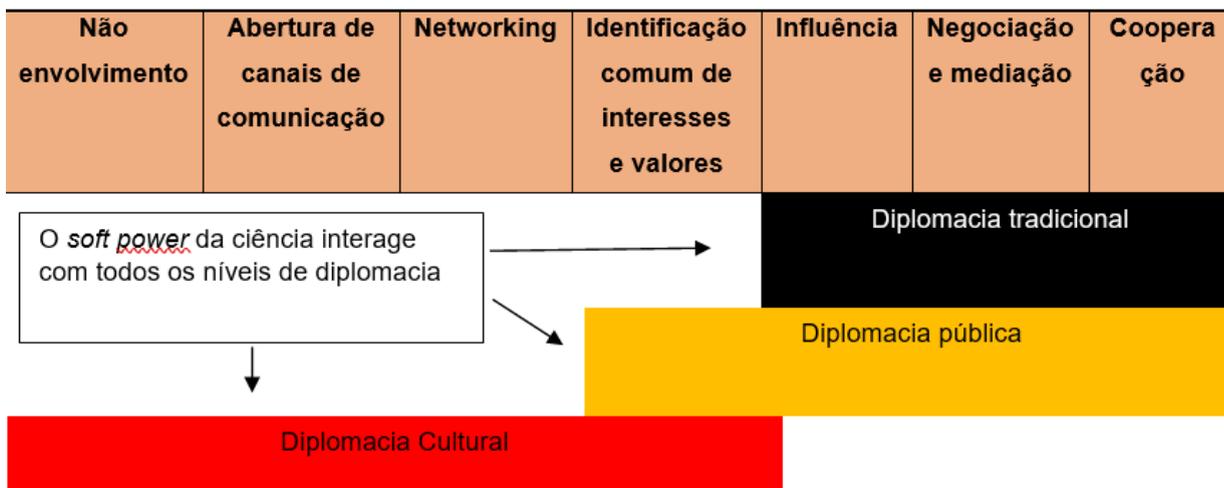
A dimensão *ciência na diplomacia*, baseia-se em equipar os *policymakers*, por meio de aconselhamento ligados ao conhecimento científico e especializado para que seja possível para os Estados, lidarem com temas complexos relacionados a Ciência e Tecnologia (C&T) presentes do século XXI (Turekian *et. al.*, 2015). Como por exemplo: políticas determinantes sobre o uso de inteligência artificial.

A dimensão *diplomacia para a ciência*, tem como objetivo facilitar a cooperação científica internacional. Ou seja, os Estados promovem a circulação internacional de cientistas através da diplomacia já existente. Utilizando de instrumentos como acordos entre países ou instituições internacionais para intercambiar conhecimento científico a fim de buscarmos soluções cooperativas nas questões de C&T (Ruffini, 2020). Um dos exemplos bem interessantes desta circulação de cientistas, é o investimento dos países em intercâmbios acadêmicos. Onde, por exemplo, um bacharel brasileiro tenha a oportunidade de fazer uma pós-graduação na China e lá existe a possibilidade de aprender uma língua nova, a cultura, costumes e principalmente adquirir conhecimentos científicos que possam enriquecer a sua área profissional.

Por fim, a *ciência para a diplomacia*, que utiliza da cooperação científica para melhorar a cooperação internacional entre os países e solucionar problemas compartilhados, tais como: crescimento econômico, armas nucleares e de proliferação, mudanças climáticas, segurança alimentar mundial, saúde global e inovação de tecnologias (Turekian *et. al.*, 2015). Como exemplo, o consórcio para a distribuição de vacinas contra o COVID-19 para países mais pobres, o COVAX

Facility. Conforme descrito no relatório (2010), a *ciência para a diplomacia* baseia-se principalmente em um *soft power* da ciência, ou seja, a sua influência cabe como um bem nacional capaz de transcender para as relações internacionais, utilizando desde uma diplomacia cultural até outras formas tradicionais de negociação e mediação de interesses (ver figura 1).

Figura 1: O *soft power* da ciência.



Fonte: Reproduzido e adaptado de Royal Society, 2010.

A diplomacia contemporânea acaba apresentando uma variedade de formas, todas alinhadas à lógica do *soft power*. Dentre elas, destaca-se a diplomacia pública, cultural e tradicional, cada uma contribuindo de forma singular para a capacidade de um Estado de atrair e persuadir outros atores internacionais. A diplomacia científica interage dentro de todas estas diplomacias, reforçando o *soft power* do país ao promover colaborações internacionais em ciência e tecnologia, o que, frequentemente, molda a imagem de um país como inovador e confiável (Krige, 2019).

Estas três dimensões que se apresentam dentro da diplomacia científica, mesmo que divididas a fim de definir melhor a prática, operam sob o conceito considerado fluido da diplomacia científica, ou seja, elas são definições que se interseccionam. O relatório desenvolvido pela *Royal Society* em 2010, estimulou os atores, principalmente os não-governamentais, como as comunidades científicas em geral, o envolvimento e, até mesmo, o início de ações de diplomacia científica. Como por exemplo, o desenvolvimento de uma discussão aprofundada a respeito de como

deveria ser atribuída a promoção dos interesses nacionais na condução da própria diplomacia científica (Ruffini, 2020).

Quadro 2: As três dimensões da diplomacia científica.

Dimensão	Objetivo
Ciência na diplomacia	Aconselhamento científico para auxiliar em questões de política externa ligados à C&T.
Diplomacia para a ciência	Tem como objetivo facilitar a cooperação científica internacional por meio do intercâmbio de cientistas.
Ciência para a diplomacia	Utiliza da cooperação científica para melhorar a cooperação internacional entre os países e solucionar problemas compartilhados.

Fonte: Elaborado pela autora.

Gluckman *et al.* (2017) salienta que a prática da diplomacia científica tem como objetivo principal promover os interesses nacionais diretos e indiretos, fornecendo uma taxonomia que alinha esses interesses. Já Onuki *et al.* (2020, p.6) comenta que: “A diplomacia científica é uma estratégia para aproximar atores políticos reconhecendo na promoção da ciência uma ferramenta para a busca da paz e do desenvolvimento da humanidade.” A relevância da diplomacia científica é demonstrada pela identificação de que diversos conflitos foram superados e inovações foram propostas a partir da cooperação entre cientistas de diferentes nações. A colaboração científica e as redes internacionais contribuem para superar os problemas globais e criam inovações em todas as áreas do conhecimento (Oliveira e Onuki, 2022). De modo que, a diplomacia científica acaba demonstrando um poder de unir nações distintas, dos países desenvolvidos aos emergentes, em torno de objetivos comuns para lidar com desafios que extrapolam as fronteiras.

Copeland (2016), apresenta uma perspectiva conceitual e prática da diplomacia científica como sendo um vetor capaz de abordar os problemas globais e assim auxiliar na resolução destes, como por exemplo, em questões climáticas. O autor (2016) destaca a diferença que existe de os países ricos serem mais desenvolvidos cientificamente do que os países menos desenvolvidos conferindo maior vantagem na utilização da sua diplomacia científica para promover os seus interesses. A exemplo disso, como dito anteriormente, os Estados Unidos foi um dos países que mais utilizou da prática da diplomacia científica desde a Segunda Guerra Mundial para estreitar os laços com a Europa. Ademais, Reino Unido e França

também são considerados os países que mais investem nesta estratégia. O investimento na diplomacia científica pode ser identificado nas ações de política externa que os países possuem ligadas principalmente às áreas de C&T (Ciência e Tecnologia) e P&D (Pesquisa e Desenvolvimento): a criação de acordos de cooperação bilaterais, internacionais e/ou multilaterais que remetem a troca de C&T. Copeland (2016) ainda acrescenta que os países menos desenvolvidos tendem a ser os consumidores “técnicos” dos programas de cooperação de C&T, por terem limitações na capacidade de desenvolver tecnologias ou até mesmo transferi-las .

Contudo, nos últimos anos, a China demonstrou uma crescente capacidade de investimento em C&T e P&D, assim como Índia e Brasil, como mostra o último relatório da *Global Innovation Index* (GII) de 2022¹⁹. Tal fato pode contribuir para o incremento da diplomacia científica, tanto na cooperação bilateral entre estes países, e em especial quanto no âmbito do BRICS. A troca científica, o investimento e a dinâmica da prática diplomática dos países do Sul-Global corroboram em gerar desafios futuros aos países com desenvolvimento científico potente, como os Estados Unidos e o Reino Unido, por exemplo.

Ter a capacidade de enfrentar os problemas globais faz parte das características da diplomacia científica (Ruffini, 2020). Ainda que exista uma miríade de problemas globais que ainda não são totalmente debatidos na arena internacional ou que extrapolam as fronteiras, é possível que através de esforços conjuntos de países cientificamente avançados e de países emergentes, que também ocupam um lugar na comunidade científica. Lidar com questões globais por meio da cooperação científica internacional e da diplomacia científica implica em utilizar da colaboração entre países para enfrentar desafios comuns, como mudanças climáticas, saúde global e segurança alimentar. A diplomacia científica funciona como uma ferramenta estratégica que ajuda a promover o intercâmbio de conhecimento, a pesquisa conjunta e a inovação, criando soluções sustentáveis que beneficiem a comunidade internacional e assim, reforce os laços entre os países. Isso pode facilitar o compartilhamento de tecnologias e melhores práticas, o que contribui em teoria, para um desenvolvimento global mais equilibrado e colaborativo.

2.3.1. Exemplos de cooperação e diplomacia científica

¹⁹ 2022 *Global Innovation Index* (GII): Disponível em: https://www.wipo.int/pressroom/pt/articles/2022/article_0011.html . Acesso em: 25 de março de 2024.

Um dos principais exemplos de uma cooperação científica internacional, entre nações em conjunto com outras organizações não-governamentais, e que mais ainda provém de um grande respaldo científico, foi a elaboração dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU²⁰. Um esforço coletivo dos países para até 2030 garantir os direitos humanos; erradicar a pobreza e a fome; garantir água, saneamento e energia para todos; oferecer saúde e educação de qualidade para todos; combater as desigualdades e as injustiças sociais; promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; enfrentar a degradação ambiental e as mudanças climáticas; proteger a biodiversidade; estimular o desenvolvimento sustentável e promover sociedades pacíficas e inclusivas. É com este exemplo e com base nas três dimensões da diplomacia científica, antes citadas, que se pôde analisar a elaboração dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU da seguinte forma: a cooperação científica internacional foi necessária para avançar no processo de compreensão dos problemas expostos a fim de facilitar a participação de um número grande de países no acordo (ciência para diplomacia); a diplomacia foi a ferramenta utilizada para firmar o processo (*diplomacia para a ciência*); e por fim, a partir deste acordo, um monitoramento científico pode auxiliar no desenvolvimento de outros novos acordos regionais, bilaterais e/ou multilaterais (*ciência na diplomacia*) para ajudar na validação das metas propostas.

Embora alguns avanços da própria ciência possam ter ajudado a criar “problemas”, como por exemplo o desenvolvimento de armas nucleares ou até mesmo medicamentos, em contrapartida, avanços científicos foram capazes de encontrar soluções para esses mesmos problemas. Sendo por meio de abordagens inovadoras da ciência e da colaboração entre atores estatais e não estatais que se é capaz de buscar soluções aos desafios globais. Em 2022, no discurso de abertura do Diálogo Multilateral sobre Princípios e Valores na Cooperação Internacional em Pesquisa e Inovação, organizado pela Diretoria de Pesquisa da Comissão Europeia, Gluckman (2022) afirmou:

A compreensão das boas práticas científicas e a garantia de sua melhor transferência por meio da inovação para os setores econômico, político e social depende de sua integridade e de fornecer respostas relevantes para problemas reais – se talvez perversos. Isso exige que a ciência não afirme

²⁰ 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 15 fevereiro de 2024.

que pode responder a tudo ou tomar decisões em nome da sociedade: a aplicação da ciência depende de decisões informadas por valores individuais e grupais.²¹

Um Estado soberano sempre busca defender seus próprios interesses, porém muitos dos seus interesses fazem parte de interesses maiores e coletivos, ou seja, do bem-estar global. Partindo dessa ideia de bem-estar global, pode-se aqui fazer um paralelo com a Teoria da Escolha Racional de Olson (1999), que aborda o dilema dos bens-comuns a partir da organização dos indivíduos (neste caso aqui, os Estados). Olson (1999) fundamenta que a teoria se aplica para pequenos e grandes grupos. A premissa da teoria é de que o comportamento racional está voltado para a satisfação dos próprios interesses individuais. O autor (1999) supõe que nem sempre a presença desses indivíduos, com interesses semelhantes e compartilhados, pode levar todos a agir da mesma forma para atingir um objetivo comum. Estes indivíduos, agirão de forma estratégica e cooperativa para melhor adequar os seus meios aos fins determinados, ou seja, utilizarão de uma organização para promover seus interesses. Para Olson (1999), é possível agir em prol dos objetivos comuns dos membros do grupo (grupos grandes e pequenos), embora, geralmente, haja uma tendência à dominação do "pequeno" pelo "grande" na divisão de tarefas e custos para atingir um objetivo final. Sendo nesta posição que a diplomacia científica pode atuar para um equilíbrio de disputas, caso venham a ocorrer. Como Polejack (2022, p. 1, tradução nossa), aborda logo no início do seu texto sobre a dinâmica da diplomacia científica dos oceanos da *All-Atlantic Ocean Research Alliance*, que:

[...] uma percepção geralmente positiva, parece haver uma polarização de poder entre ciência e política e entre as perspectivas do Atlântico Sul e do Atlântico Norte. Os cientistas relataram sentir-se desconfiados dos processos de elaboração de políticas, enquanto as autoridades retratam a ciência como irresponsável e segregada da política (p 1, grifo nosso, tradução nossa).²²

²¹ Discurso de abertura do Diálogo Multilateral sobre Princípios e Valores na Cooperação Internacional em Pesquisa e Inovação, organizado pela Diretoria de Pesquisa da Comissão Europeia. Disponível em: <https://council.science/pt/current/news/principles-and-values-in-international-science-cooperation/> Acesso em 28 de março de 2024.

²² "In principle, interviewees perceive ocean science diplomacy as a positive and critically important phenomenon that combines the best of science and diplomacy. However, below this generally positive perception, there seems to be a polarization of power between science and policy and also between South and North Atlantic perspectives. Scientists have reported feeling suspicious of policymaking processes, while officials portray science as unaccountable and segregated from policy". Disponível em: <

No entanto, a visão de muitos autores (Gluckman *et al*, 2017; Copeland, 2016; Ruffini, 2020; Onuki *et al*, 2020) é que a ciência pode ser sim um projeto de cunho global, inclusivo e transversal que contribui significativamente para a tomada de decisões na escala global e que fornece uma base sólida para iniciar debates relacionados com a educação internacional e o avanço dos programas diplomáticos (tratados, acordos, convenções, organizações etc.). Um grande exemplo de cooperação científica e diplomática é a Estação Espacial Internacional (*International Space Station* – ISS)²³, um laboratório que orbita o Planeta Terra com o apoio de 15 países, mas monitorada por Estados Unidos (NASA), Rússia, Japão, Europa e Canadá, a fim de realizar experimentos em microgravidade e observação da órbita do planeta. Segundo Payette (2012, tradução livre):

A verdade é que a ISS tem sido um modelo de diplomacia científica. A ISS foi construída por um grupo de parceiros ecléticos – alguns dos quais eram mais ou menos inimigos num passado não tão distante – que escolheram acreditar na mesma visão e superar as suas diferenças culturais, organizacionais e políticas, a fim de marchar na mesma direção.²⁴

A relevância da diplomacia científica é demonstrada pela identificação de que diversos conflitos foram superados e inovações foram propostas a partir da cooperação entre cientistas de diferentes nações, como destacado anteriormente. A diplomacia científica pode ser desafiada nestes cenários conflitantes, como por exemplo o conflito territorial entre Rússia e Ucrânia ou mais recentemente o conflito étnico-territorial entre Israel e a Palestina.

Existe um aumento da relevância das organizações internacionais na busca por acordos entre os atores envolvidos e na implementação de políticas públicas globais a fim de superar estes conflitos e restaurar a cooperação científica internacional (Onuki e Oliveira, 2022). Conflitos como estes, representam um desafio para os cientistas de todas as áreas, desfavorecendo muitas pesquisas e projetos importantes, por conta de uma interrupção repentina. Sendo assim, para o Onuki e Oliveira (2022), é importante que os recursos de diplomacia científica sejam

<https://academic.oup.com/spp/article-abstract/50/4/759/7187282?redirectedFrom=fulltext&login=false#no-access-message>> Acesso em 18 fevereiro de 2024.

²³ *Internacional Space Station* (ISS) – Disponível em: <<https://www.nasa.gov/international-space-station/>> . Acesso em: 15 fevereiro de 2024.

²⁴ Payette (2012): “*The truth is that ISS has been a model of science diplomacy. The ISS has been constructed by a group of eclectic partners—some of whom were more or less enemies in the not-so-distant past—who chose to believe in the same vision and to surmount their cultural, organizational, and political differences in order to march in the same direction.*” Disponível em: <<https://www.sciencediplomacy.org/article/2012/research-and-diplomacy-350-kilometers-above-earth#note14>> Acesso em 17 fevereiro 2024.

ostensivamente empregados para a restauração de programas e da retomada das redes de cooperação internacional.

Outro destaque de cooperação internacional científica e de diplomacia científica, é o que presenciamos em 2020 e 2021 com a elaboração das vacinas para o COVID-19. A pandemia do COVID-19 acabou afetando severamente muitos países do Sul Global, exaurindo seus sistemas de saúde e acentuando as desigualdades entre países com recursos científicos e tecnológicos avançados e países menos favorecidos nestas áreas. Mas da mesma forma que se observou esta discrepância entre os recursos científicos, houve uma consciência global sobre a importância da vacinação para combater o vírus. Foi dessa forma, que se elevou o nível do desenvolvimento da ciência nas agendas públicas globais e locais de forma emergente. Como destaca Onuki e Oliveira (2022), a diplomacia científica exercida neste cenário se tornou uma ferramenta de *soft power* dos países envolvidos na distribuição das vacinas e seus insumos ao mesmo tempo que se fortaleceu o multilateralismo.

A COVID-19 trouxe uma urgência sem precedentes tanto para o trabalho da comunidade política quanto principalmente para a comunidade científica. Os dados sobre o genoma do vírus foram rapidamente e amplamente divulgados a fim de travar o avanço das variantes. Dessa forma, houve uma necessidade de padronizar o acesso às ferramentas de diagnóstico, tratamento e vacinação contra a COVID-19 (Colglazier *et al.* 2021). A Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu um mecanismo para coordenar o acesso e a distribuição equitativa das mesmas. Se tornou uma das prioridades a aplicação de vacinas contra do COVID-19, por meio da iniciativa COVID-19 Vaccines Global Access (COVAX Facility)²⁵. A COVAX Facility é um consórcio de vacinas que tem como fundamento principal a cooperação e apoio à pesquisa, o desenvolvimento e a fabricação de uma grande variedade de vacinas que protegem contra o vírus. Além disso, o consórcio tem como objetivo auxiliar nas negociações de compras para estas vacinas utilizando da prática da diplomacia científica para tal ação.

Adentrando mais aos elementos principais desta pesquisa, temos a participação do BRICS no desenvolvimento, incentivo e distribuição das vacinas para o combate do COVID-19. Cada país integrante do agrupamento (Brasil, Rússia,

25

Índia, China e África do Sul), teve um significativo impacto nos desafios que a pandemia causou. Por conta da estrutura política, administrativa e sanitária de cada país integrante, o BRICS como agrupamento, acabou se destacando na corrida para estudar, tratar e prevenir contra o vírus SARS-Cov-2 (Ribeiro e Aguiar, 2023). Os BRICS foram capazes de desenvolver doze das vinte vacinas produzidas e aprovadas para uso. Isto se deve ao fato de que os países que integram o BRICS produzem o chamado Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) das vacinas, tendo tecnologias para diagnosticar, prevenir e tratar as doenças, bem como desenvolver outras vacinas para diversas patologias do mundo atual (Ribeiro e Aguiar, 2023).

Por conta disso, em 2022 oficializou-se o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de Vacinas do BRICS durante a XIV Cúpula do BRICS²⁶ que aconteceu de forma remota presidida pela China. Esta iniciativa teve como objetivo reunir as melhores práticas dos cinco países do bloco para aprimorar o desenvolvimento de medicamentos para a criação e atualização das vacinas. O objetivo foi aumentar a precaução e o controle de doenças infecciosas, bem como disponibilizar as suas tecnologias para ajudar a reparar os danos causados pela pandemia nos países do BRICS e nos países em desenvolvimento, tornando as vacinas mais acessíveis a estes países²⁷.

O BRICS tem sido um bom exemplo da prática diplomática. Principalmente se levarmos em consideração que o agrupamento somente decide algo a partir do consenso dos integrantes. A fim de explicar de uma forma mais clara sobre o funcionamento do grupo, Daldegan e Carvalho (2022), defendem o BRICS como um fenômeno dinâmico e processual. Destacam eles:

[...] dinâmico porque se desenvolve de acordo com as percepções dos membros sobre o cenário mundial, sem estabelecer limitações nas estratégias e iniciativas de cada país membro; processual porque se desenvolve por meio de processos específicos, nos quais os membros não apontam qualquer destino ou institucionalização a ser alcançada (Daldegan e Carvalho, p 2, 2022).

É por meio do consenso que as decisões sobre diversos tópicos são decididas. Ademais, existe um arcabouço científico por trás de muitas destas decisões, compelindo ao conselho de *think tanks* integrado ao BRICS, chamado

²⁶ Declaração da XIV Cúpula do BRICS. Disponível em: <

²⁷ BRICS se unem para realizar pesquisa de vacinas. Disponível em: <
<http://portuguese.people.com.cn/n3/2022/0324/c309809-9975694.html>> . Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

BRICS Think Tank Council (BTTC) apresentar considerações aos países membros. Com o auxílio de especialistas, pesquisadores e instituições de cada país, o BTTC, é um conselho composto por *think tanks* e tem por objetivo principal: “[...] formar uma plataforma para a troca de ideias entre pesquisadores, academia e *think tanks*, convocar o Fórum Acadêmico do BRICS, e apresentar recomendações de políticas e orientações aos Líderes do BRICS para consideração”²⁸.

A diplomacia científica acaba sendo uma ferramenta importante para um Estado. Porém, essa ferramenta, necessita de uma estrutura que envolva não somente a promoção da ciência internacional - analisado aqui através das dimensões da diplomacia científica - mas também uma atenção mais aprofundada para questões nacionais, regionais e globais. Observa-se assim, que existe um potencial importante da prática da diplomacia científica sob a ótica de ser uma diplomacia transgovernamental como Legrand e Stone (2018) identificam a relação entre diplomacia e ciência. Segundo os autores (2018), existe um reconhecimento sobre as diversas organizações intergovernamentais e associações internacionais informais que se valem de evidências científicas para a elaboração de missões e definição de agendas, demonstrando o potencial da diplomacia científica para a formulação de políticas e na implementação destas. Sendo por este motivo que a diplomacia científica se torna uma ferramenta importante na promoção dos interesses nacionais (Ruffini, 2020).

A diplomacia científica, ao promover a cooperação internacional por meio da ciência e da tecnologia, tem se mostrado um importante elemento estratégico para o fortalecimento da influência de qualquer país. Ao reunir especialistas, instituições acadêmicas e governos em torno da solução dos desafios globais, ela cria uma base sólida para o diálogo e a colaboração, além das fronteiras políticas. Nesse contexto, os *think tanks* se tornam elementos fundamentais no ecossistema da diplomacia científica. As instituições que produzem conhecimento estratégico e analisam políticas públicas têm o potencial de preencher lacunas entre a pesquisa científica, os *policymakers* e o público em geral.

²⁸ *South African BRICS Think Tank*. “The main purposes of the establishment of the body, as encapsulated in the BTTC Declaration on the Establishment of the BRICS *Think Tanks* Council, are to form a platform for the exchange of ideas among researchers, academia and *think tanks*, to convene the BRICS Academic Forum, and to present policy recommendations and guidance to the BRICS Leaders for consideration.” Disponível em: <https://sabtt.org.za/brics-think-tanks-council-bttc/about-the-bttc/> . Acesso em: 23 de setembro 2022

Além disso, os *think tanks* não apenas promovem ideias científicas nos âmbitos políticos, tal qual projetam a influência de seus países de origem em qualquer ambiente em que se encontram. Suas iniciativas, tais como a realização de conferências globais, a participação em fóruns internacionais, a publicação de relatórios relevantes e a facilitação de redes de pesquisa transnacionais, são elementos fundamentais de uma estratégia de *soft power* orientada com base na ciência. Dessa forma, essas instituições são fundamentais para a ampliação dos objetivos da diplomacia científica dos países atualmente.

Por este motivo, o próximo capítulo tem como objetivo analisar os conceitos e o papel dos *think tanks* de forma geral e, mais precisamente, dos *think tanks chineses* como instrumentos de diplomacia científica. Principalmente como estes atores interagem dentro do escopo de conhecimento, poder e cooperação do BRICS.

3. *Think tanks*, *Think tanks* chineses e o BTTC

Assim como no capítulo anterior sobre a diplomacia científica ser um novo campo das Relações Internacionais e ainda não ter uma conceitualização muito bem definida, os *think tanks* também carecem de uma definição mais clara do que são, de como funcionam e de onde atuam tanto no cenário nacional, quanto no internacional.

Para tanto, muitos autores (Weaver, 1989; Stone, 2007; Medvetz 2008, 2012; McGann 2012; Abelson 2013, 2014), empenharam-se nas últimas três décadas em definir e categorizar as origens e o que representam os *think tanks*. Levando em consideração as diferentes classificações, categorias, funções e cultura que estão inseridos, os *think tanks* são considerados atores importantes para os cenários locais, regionais, nacionais e internacionais em que operam. Os *think tanks* podem ser considerados, principalmente, uma 'ponte' entre a sociedade e o governo (Stone, 2007; McGann, 2012), cabendo a eles a função de influenciar de forma significativa as opiniões dos *policymakers*, especificamente em decisões sobre políticas públicas dos Estados. Esse tipo de trabalho dos *think tanks* alcança desde decisões de políticas públicas domésticas a decisões de âmbito internacional, utilizando da produção intelectual e científica como ferramenta para influência.

Em uma tradução livre do inglês, *think tank* significa "tanque de pensamento". Porém na literatura existem outras variações deste termo como: "*brain boxes*," (caixa de cérebros) "*idea factories*," (fábricas de ideias) e "*thinking cells*" (células de pensamentos ou células pensantes) (McGann, 2020 p 15).

Na história da conceitualização dos *think tanks*, suas primeiras definições ocorreram nos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial. O significado em si, era análogo a uma sala segura onde estrategistas militares e formuladores de políticas se reuniram para formular estratégias de guerra (Abelson, 2014). Mais tarde, os *think tanks* foram classificados como centros ou institutos de pesquisa que exerciam um papel de assessoria para diferentes vertentes ideológicas e partidos políticos (Salas-Porras & Murray, 2017 p 1). A partir da década de 1970 estas organizações ganharam força nos Estados Unidos (Medvetz, 2012; Stone, 2007;

McGann, 2007)²⁹. Segundo Stone (2007), observou-se que o número de organizações aumentou devido às circunstâncias, principalmente da “crise social”, que pesaram sobre demandas do governo dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, como a corrida armamentista e espacial. Desse modo, o governo queria que soluções fossem encontradas com base em pesquisas de especialistas da época, culminando na utilização de análises técnicas fundamentadas em estatísticas e análises de custo-benefício, para tomar decisões estratégicas e apaziguar crises.

Com o passar dos anos, os *think tanks* começaram a ser considerados como organizações especializadas de pesquisa, espalhando-se pelo mundo inteiro com diferentes classificações e funcionamento. Tornaram-se organizações especializadas de pesquisa capazes de desenvolver um leque de produções científicas para temas como ciência política, economia, mudanças climáticas e relações internacionais.

Segundo o *2020 Global Go To Think Tank Index*³⁰, o número de *think tanks* existentes e ativos no mundo é de 11.175 *think tanks*. Países como Estados Unidos; China; Reino Unido; Índia; Alemanha; França; Argentina; Japão; Rússia; Canadá; Brasil; Turquia e Afeganistão, concentram, os mais importantes *think tanks* do mundo atualmente (McGann, 2020). Em cada país citado, essas organizações contam com estruturas governamentais e crenças diversas que impactam na forma como atuam e influenciam *policymakers* no meio doméstico e internacional.

Quando se fala sobre *think tanks* somos remetidos aos modelos estadunidenses destas organizações. Isso porque, por muitos anos, o ranking de maior número de *think tanks* e, por conseguinte os mais antigos, tinham origem nos Estados Unidos e no Reino Unido. Dessa forma, a literatura, em sua maioria, direciona-se a entender e classificar a partir das experiências desses países de cultura anglo-saxã, como uma referência para a estrutura conceitual destas organizações.

Neste capítulo será abordado o significado de *think tanks* na literatura de forma geral à específica. Partindo inicialmente do conceito originário a partir de

²⁹Conservatives in a Marketplace of Ideas: Think Tanks, Interests, and Expertise in the 1970s. *Library of Congress of USA*. Disponível em < <https://www.loc.gov/item/2021688286/>> Acesso em: 5 de março de 2024

³⁰ *2020 Global Go To Think Tank Index* é uma pesquisa dirigida por James McGann pela Universidade da Pensilvânia, que tem como objetivo conduzir pesquisas sobre o papel que os *think tanks* desempenham nos governos e nas sociedades civis em todo o mundo. Disponível em: <<https://repository.upenn.edu/handle/20.500.14332/48577>>. Acesso em: 15 março de 2024.

autores como McGann (2020); Abelson (2014; 2021); Medvetz (2008) e Stone (2000), sob a ótica anglo-saxã. O termo “*think tank*” nasce dentro deste ambiente e se dissipa no mundo adaptando-se conforme culturas, crenças e estruturas governamentais (Abelson e Rastrick, 2021). Desta maneira, adentrar-se-á na contextualização dos *think tanks* sob a ótica da literatura chinesa (Zhu, 2017; Zeng, 2016; Cheng, 2016; Li, 2013). Por fim, será discutido como se dá o uso coletivo destes atores chineses num ambiente de cooperação internacional, como o *BRICS Think Tank Council* (BTTC). Existe um direcionamento da produção intelectual dos *think tanks* dentro deste conselho como forma a auxiliar nas tomadas de decisões do agrupamento e na possibilidade de promover os interesses nacionais de cada país integrante do BRICS.

3.1 *Think tanks*

Os *think tanks*, expandiram-se pelo mundo a partir de ‘ondas’ que foram observadas, estudadas e categorizadas por autores como Abelson (2002; 2014) e McGann (2007). Estas ‘ondas’ foram divididas em sete períodos da história dos Estados Unidos. A criação de inúmeros *think tanks* foi atrelada e marcada à congruência dos eventos políticos e movimentos sociais que aconteceram na época, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 3: As ‘ondas’ de *think tanks* na história

Ondas de <i>think tanks</i>	Período	Momento histórico
1ª onda	1900 - 1929	Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão
2ª onda	1930 – 1945	Segunda Guerra Mundial
3ª onda	1946 – 1980	Guerra Fria e a Guerra do Vietnã
4ª onda	1989	Queda do Muro de Berlim; Fim da Guerra Fria
5ª onda	1980 – 2005	Avanço da tecnologia no geral; Guerra de Ideias Conservadoras
6ª onda	A partir de 2001	Ideais sobre Globalização; Tecnologia avança ainda mais; atentado de 11 de setembro; Guerra ao Terror de Bush; Invasão Iraque
7ª onda	2002 - presente	Coexiste com a 5ª e a 6ª onda; Guerra Liberal de Ideias; Agenda 2030 ONU; Mudanças climáticas; Financiamentos em conflitos; Inteligência artificial; etc.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas obras de Abelson (2002; 2014) e McGann (2007).

A explicação destas ‘ondas’ de avanços dos *think tanks* se limita a história estadunidense sendo capaz de expandir a explicação para outras nações que podem possuir suas próprias ‘ondas’. Como é possível observar, a última atualização

das “ondas” (sétima) é contado a partir de 2002 e considerada até o presente momento, porém coexiste com a quinta e sexta onda de criação de *think tanks*. A explicação de porque elas coexistem pode ser encontrada no aumento das diferentes vertentes de *think tanks* a partir dos momentos e necessidades sobre o que os Estados e as grandes corporações buscam em termos de conhecimentos científicos.

Estas “ondas” explicadas tanto por Abelson (2002; 2014) quanto por Stone (2000), que depois foram retomadas por McGann (2007), mostram a forte criação de vários *think tanks* ideológicos. Para Stone (2000), estes possuem grande visibilidade e influência tais como: o uso do cigarro e seus derivados, queimas de combustíveis fósseis e o negacionismo climático. Alguns dos *think tanks* que se destacaram ao longo dos anos neste tipo de produção científicas foram: *CATO Institute*³¹; *Heritage Institute*³²; *The Heartland Institute*³³; *Center for Strategic and International Studies*³⁴; *Institute for Women's Policy Research*³⁵ (IWPR), entre outros.

Em termos de concepção os *think tanks*, são organizações especializadas que fornecem pesquisa, análise e assessoria para principalmente questões de políticas públicas (Stone, 2007; McGann, 2020). Contudo, Salas-Porras e Murray (2017), levam em consideração, que existe uma certa dificuldade na literatura contemporânea em definir os *think tanks* em um conceito amplamente aceito e que consiga representar todos os tipos de *think tanks* existentes.

Weaver (1989, p. 563), propõe uma conceitualização paralela: “organizações de pesquisa, não governamentais, sem fins lucrativos, com uma substantiva autonomia organizacional do governo”. A noção de Abelson (2014, p. 127), é que os *think tanks* são:

[...] organizações sem fins lucrativos, isentas de impostos, apartidárias (não deve ser confundido com não ideológico), engajadas em pesquisas e análises em um ou mais questões relacionadas a políticas públicas, sejam elas estrangeiras ou domésticas.

³¹ *CATO Institute*. Disponível em: <https://www.cato.org/>. Acesso em: 6 de abril de 2024.

³² *Heritage Institute*. Disponível em: <https://heritageinstitute.org/>. Acesso em: 6 de abril de 2024.

³³ *The Heartland Institute*. Disponível em: <https://heartland.org/>. Acesso em: 6 de abril de 2024.

³⁴ *Center for Strategic and International Studies*. Disponível em: <https://www.csis.org/>. Acesso em: 6 de abril de 2024.

³⁵ *Institute for Women's Policy Research*. Disponível em: <https://iwpr.org/>. Acesso em: 6 de abril de 2024.

Para McGann (2020, p. 15) “[...] são organizações de pesquisa sobre políticas que têm autonomia significativa do governo e, por inferência, do mundo corporativo. Mas a autonomia é um elemento relativo em vez de um termo absoluto.” O autor (2020) acredita que os *think tanks* prezam pela influência que pode ser definida de acordo com a agenda da instituição em particular.

O conceito acabou se tornando um ‘dilema’ que nunca pôde ser resolvido de fato, possivelmente “um esconderijo de autoridade intelectual” com objetivo de se tornar diferente das pesquisas acadêmicas, por exemplo (Medvetz, 2008, 2012). Desde quando o termo ‘*think tank*’ foi cunhado na década de 1970 nos Estados Unidos (Abelson 2014; McGann 2020), estudiosos do mundo todo buscam compreender qual espaço que estes atores dominaram na arena política, e sob que circunstâncias os *think tanks* estão dispostos a utilizar de seus arsenais intelectuais.

Medvetz (2008) utiliza dos conceitos de “espaço social” e “campo de poder” de Pierre Bourdieu (1984) para ajudar a explicar onde os *think tanks* podem estar inseridos. O espaço social acaba por se referir a um sistema multidimensional que organiza as relações entre indivíduos, grupos e classes. Em consonância a este, a definição de campo de poder refere-se a parcela superior deste espaço social em que estão as variantes de autoridade (capital econômico, político e cultural). As organizações que existem sob o título de *think tanks*, têm como objetivo serem orientadas para “sanar” os interesses da multiplicidade de universos sociais (Medvetz, 2008). E com isso, os *think tanks* buscam por credibilidade intelectual, projetando os interesses no espaço político e outros espaços que podem vir a ocupar.

Os *think tanks* ocupam espaços intermediários na estrutura de poder: entre o público, privado e a sociedade (Salas-Porras, Murray, 2017). Os *think tanks*, segundo as autoras (2017), produzem conhecimento suficiente para influenciar a sociedade e *policymakers*, principalmente por conta dos seus vínculos especiais com empresas, grupos de interesses, governos e partidos. Mesmo assim, alguns *think tanks* enfatizam sua opção pragmática ou acadêmica de produzir conteúdo intelectual, ao passo que outros *think tanks* acabaram sendo fundados dentro de veias ideológicas. Como Stone (2000, 153) pontua: *think tanks* “[...] podem ser abertamente conservadores, neoliberais ou de orientações social-democratas, enquanto outros são ecológicos ou feministas na persuasão.”

Destarte, a categorização dos *think tanks* se torna muito mais um reflexo da vertente ideológica a que estão conectados ou sendo financiados (Stone 2000; 2007) do que da sua própria produção científica e intelectual. E isso porque, muito da definição do conceito do que é um *think tank*, principalmente no âmbito da cultura ocidental, se concentra ao nível de autonomia que estes atores podem ter. Segundo McGann (2007; 2012; 2020), existem diferentes nichos de afiliações em que *think tanks* atuam e que possuem suas respectivas “liberdades” de produção intelectual, tais como sendo: autônomos e independentes; quasi-independentes; afiliados à universidades; filiados a partidos políticos; filiados ao governo; quasi-governamental e com fins lucrativos (ver quadro 2).

Quadro 4: Categorias das afiliações dos *think tanks*

Categorias das afiliações dos <i>think tanks</i>	Tipo de organização
Autônomos e Independentes	Organizações que possuem independência de qualquer grupo de interesse ou doador. Autônomos em sua operação e financiamento do governo.
Quasi-independente	Organizações autônomas do governo, mas controladas por um grupo de interesse, doador ou agência contratante que forneça recursos financeiros. Tenho influência significativa sobre as operações da produção intelectual desses <i>think tanks</i> .
Afiliado à Universidade	Organizações que trabalham em conjunto com centros acadêmicos, universidades. Produzem conforme as demandas acadêmicas de pesquisa.
Afiliada a um Partido Político	Organizações formalmente afiliados a um partido político. Produzem especificamente pesquisas favoráveis ao partido.
Afiliada ao Governo	Organizações criadas pelo governo e que recebem recursos governamentais para a produção de pesquisas.
Quasi-governamental	Organizações financiadas exclusivamente por subsídios e contratos do governo, mas não fazem parte da estrutura formal governamental.
Com fins lucrativos (For-profit)	Organizações que operam como um negócio com fins lucrativos. Funcionam como uma empresa de pesquisa, e seus recursos são diversos, dependendo sempre do contratante.

Fonte: *Categories of think tank affiliations - Global Think Tanks Policy Networks and Governance* (James G. McGann, Laura C. Whelan, 2020. Tradução nossa).

É comum que essas organizações produzam uma variedade de produtos de pesquisa que atendam a diferentes públicos-alvo (Abelson, 2014). O intuito de muitos *policymakers* em utilizar da produção intelectual dos *think tanks* é, em sua maioria, de criar, articular novas ideias políticas ou até mesmo de reembalar ideias antigas (Abelson e Rastrick, 2021; Salas-Porras e Murray, 2017). Além disso, os *think tanks* podem:

[...] oferecer pesquisa e análise originais; gerar novas informações; fornecer assessoria política, avaliando políticas e programas públicos; identificar, treinar e desenvolver talentos; proporcionar um lar para figuras públicas que estão fora do cargo ou que pretendem assumir cargos-chave em futuras gestões; reunir especialistas dentro e fora do governo para apresentar propostas de políticas e construir consenso; educar e envolver os formuladores de políticas, a mídia e o público (McGann, 2020 p 16, tradução nossa).

Para isso, os *think tanks* utilizam de diversos canais de comunicação para que suas pesquisas sejam vistas e usadas pelos *policymakers* ou por aqueles que as desejam (empresas, grupos de interesse, universidades etc.). Alguns exemplos do que os *think tanks* ocidentais mais desenvolvem no meio, são: envio de artigos para os principais jornais nacionais e internacionais; convites para participações em noticiários de televisão e rádio; convites para testemunhar em comitês partidários; manutenção dos sites das organizações e a constante atualização das produções em pesquisas especializadas. Alguns *think tanks* investem em palestras, conferências e workshops a fim de demonstrar aos profissionais interessados suas produções (*policymakers*; acadêmicos; CEOs de grandes corporações e jornalistas). De modo que, estes tipos de eventos promovidos por *think tanks*, funcionam para trocar ideias e para captar recursos financeiros necessários para sua manutenção.

Segundo Walker (2014) um ambiente adequado para um *think tank* sobreviver é aquele em que as estruturas e os agentes que os criam em conjunto, acabam por desenvolver diversos caminhos "verticais" e "horizontais" para informar sobre conhecimentos políticos, independente das ideologias, à diferentes atores. A capacidade de um *think tank* de influenciar as esferas de poder e decisão, até os níveis mais elevados das políticas públicas e governamentais, refere-se às estruturas "verticais". A participação em conselhos consultivos, comunicação direta com líderes políticos e publicação de estudos que afetam a tomada de decisões

estratégicas são alguns exemplos. Os *think tanks* bem-sucedidos têm uma forte presença nos círculos de poder, usando parcerias e redes para maximizar sua influência (McGann, 2007).

Já as estruturas "horizontais" estão associadas à capacidade desses institutos de alcançar uma variedade de públicos, incluindo acadêmicos, mídia, sociedade civil e até mesmo o público em geral. A sustentabilidade e relevância de um *think tank* depende de sua capacidade de expandir redes e estabelecer colaborações com outras organizações. Stone (2007) corrobora isso, enfatizando o valor da criação de redes amplas para a difusão do conhecimento. Portanto, para Filippov (2024), os *think tanks* são organizações com um objetivo principal de informar (de forma direta ou indireta) os atores políticos e a sociedade com intuito de provocar mudanças políticas significativas e atingir objetivos políticos explícitos.

Habilidade de operar de maneira independente das ideologias dominantes, oferecendo análises que possam ser úteis para uma variedade de atores, independentemente de suas inclinações políticas, é um requisito essencial para a longevidade de um *think tank*. Segundo Pautz (2013), ao fornecer informações baseadas em evidências em vez de agendas partidárias, um *think tank* ganha credibilidade e utilidade. Desse modo, esse ambiente pode ser composto por uma teia complexa de interações que permite a circulação de pesquisas e informações em várias direções. A sobrevivência e a eficácia de um *think tank* depende de sua capacidade de se adaptar e permanecer relevante em diferentes contextos políticos.

Em resumo, uma definição mais ampla enfatiza as diversas formas, laços, ideologias, funções e papéis que os *think tanks* podem manter e desempenhar. Um *think tank* dos Estados Unidos não pode ser e nem desempenhar as mesmas funções de um *think tank* na China, principalmente por conta das diferenças políticas, ideológicas e culturais de ambos os países. Porém, não se descarta a possibilidade de um intercâmbio entre eles ou uma parceria em pesquisas, por exemplo. Nos Estados Unidos, os *think tanks* são relevantes para fornecer análise política e influenciar as políticas do governo. Em grande parte, eles são independentes e se beneficiam da liberdade acadêmica e de expressão. Esses institutos frequentemente servem como pontes entre os domínios acadêmico, privado e governamental, como observado por Rich (2004) e Abelson (2013; 2014).

Eles produzem pesquisas que informam o debate público e moldam as políticas públicas.

No entanto, a situação na China é completamente diferente. Os *think tanks* na China geralmente funcionam dentro de contextos mais restritos, com mais controle estatal e poucas oportunidades para crítica política. Muitas vezes, esses institutos agem como extensões do governo e ajudam na formulação de políticas, mas com menos autonomia para se desviar das diretrizes oficiais (Li, 2013).

3.2 *Think tanks* chineses

Os *think tanks* chineses têm suas trajetórias iniciadas em meados da década de 1980 como parte dos debates sobre as reformas políticas e econômicas, desenvolvimento social e modernização tecnológica da República Popular da China (Menegazzi, 2017). Os *think tanks* chineses tem como objetivo serem utilizados como “cérebros” que investigam e colaboram para a reformulação dos processos políticos oficiais da China (Nachiappan, 2013).

Em meados de 1990, houve um crescimento dos *think tanks* chineses com a liberalização gradual das formas de organização privada e comercial da China. Sob as presidências de Yang Shangkun (1988-1993), Jiang Zemin (1993-2003) e Hu Jintao (2003-2013), o rápido crescimento econômico da China com a abertura gradual da economia estimulou a criação de *think tanks* econômicos. Esses *think tanks* foram criados para atender às necessidades de grandes empresas e da elite chinesa, fornecendo análises econômicas, previsões de mercado e estudos de viabilidade para ajudar empresas e investidores a entenderem o mercado chinês. Ao longo do tempo, empresas e elites começaram a financiar esses institutos com a esperança de obter informações estratégicas além das que os *think tanks* do governo poderiam fornecer (Naughton, 2002).

Neste mesmo período, vários *think tanks* independentes foram criados como centros de pesquisa e debate público (Naughton, 2002). Apesar de seus limites, eles conseguiram funcionar com mais independência em comparação com as instituições estatais. Mesmo tendo restrições e enfrentando pressões políticas, esses *think tanks* independentes contribuíram significativamente para introduzir novos temas e perspectivas no debate público chinês. As reformas econômicas de Deng Xiaoping que impulsionaram o surgimento de *think tanks* independentes. Temas como direitos

de propriedade, economia de mercado e reforma do setor público, embora sejam assuntos delicados para serem discutidos no contexto político da China, são essenciais para o crescimento econômico da nação (Li, 2013).

No entanto, os *think tanks* considerados independentes são, um componente significativo da comunidade intelectual da China. Embora a maioria dos outros *think tanks* chineses esteja ligada ao governo, houve um aumento no número de organizações que operam com certo grau de autonomia, especialmente a partir das reformas econômicas realizadas na década de 1980. Porém, o cenário político limitado, no entanto, coloca grandes obstáculos acerca desses *think tanks* independentes (McGann, 2012). Nos últimos tempos os *think tanks* independentes vêm enfrentando algumas dificuldades em seus financiamentos e sustentabilidade, pois muitas vezes o setor privado hesita em apoiar as atividades dessas instituições por anseio de que esse tipo de atitude possa ser visto como subversiva aos olhos do PCC.

A partir de 2013, sob presidência de Xi Jinping, todos os principais *think tanks* chineses passaram por um processo de “internacionalização”, ou seja, os *think tanks* chineses foram modernizados seguindo o apelo do líder chinês para se tornarem um “novo tipo de *think tanks* com características chinesas” (Haibin e Dongtao, 2018; Menegazzi, 2021). O objetivo principal era que estes “novos tipos de *think tanks* com características chinesas” fossem transformados em institutos de investigação de excelência e qualidade, com grande influência internacional, porém com suas raízes culturais mais voltadas às ideias do PCC.

A atitude de Xi Jinping com relação aos *think tanks* se difere da de seus antecessores. O atual presidente da China aumentou a centralização e o controle ideológico, fortalecendo os *think tanks* do governo e eliminando as instituições independentes. Essas alterações mostram uma abordagem mais firme e autoritária, na qual os *think tanks* trabalham para os interesses do Partido e da China, limitando a discussões e críticas. O uso estratégico dos *think tanks* na diplomacia, tem por fim apoiar as iniciativas de política externa ambiciosas da China, como a BRI (*Belt and Road Initiative*) e o BRICS. Esses *think tanks* contribuem para a percepção global das políticas chinesas e são usados como instrumentos de *soft power* para projetar a influência da China no mundo (Lampton, 2019).

Já os seus predecessores, tinham uma abordagem mais passiva com relação aos *think tanks* usados em iniciativas internacionais por Jiang Zemin e Hu Jintao, mas que não eram tão centralizados ou estrategicamente ligados às grandes políticas nacionais como as sob o comando de Xi Jinping (Lampton, 2019; Shambaugh, 2013).

Xi Jinping discursou durante uma reunião do PCC, em 2013 e comentou sobre a importância dos *think tanks para a China*: “[...] recursos intelectuais são importantes, eles acabam por desempenhar um papel crucial no governo para que a China se torne um país renomado”. Continua:

Construir um novo tipo de *think tank* com características chinesas é uma missão importante e urgente. Deve ter como objetivo promover a tomada de decisões científicas e democráticas, promover a modernização do sistema e capacidade de governo do país, bem como fortalecer o poder brando da China (grifo nosso, tradução nossa)³⁶.

Haibin e Dongtao, (2018, p 4), dividem em três perspectivas diferentes e interessantes de interpretação dos “novos tipos de *think tanks* com características chinesas”:

i) “Novo tipo”: equivaleria a ser um *think tank* completamente diferente dos *think tanks* estrangeiros e dos *think tanks* tradicionais chineses [...] devendo ser inovadores e modernos”; ii) “*Think Tank*”: equivaleria a ideia de “cérebro externo” do governo chinês”; e por fim, iii) “Características chinesas”: equivaleria ao espírito chinês; sistema chinês; modos chineses que os *think tanks* devem incorporar.

Hoje, a maioria dos *think tanks* chineses são considerados organizações governamentais, “oficiais” ou “semi-oficiais”, que em sua maioria fazem parte dos órgãos do aparelho estatal do Partido Comunista da China (PCC). Estes, atuam como centros de investigação e aconselhamento político para o governo, ou como centros de pesquisa em universidades públicas (Zhu 2014; 2017; 2020). Podem ser associados às instituições governamentais, operam sob a supervisão administrativa e política do próprio governo chinês, mesmo que o nível de controle desses *think tanks* e a orientação de pesquisa sejam variáveis.

³⁶ Trecho retirado da notícia de 27/10/2014: *Xi calls for new type of think tanks* – Site China Daily: “[...] intellectual resources are the most important for a nation, playing a crucial role in governing a country successfully.” - “Building a new type of think tank with Chinese characteristics is an important and pressing mission. It should be targeted on promoting scientific and democratic decision making, promoting modernization of the country's governing system and ability, as well as strengthening China's soft power”. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/china/2014-10/27/content_18810882.htm . Acesso em: 10 de abril de 2023.

Segundo o 2020 *Global Go Think Tank Report*, na China, existem mais de 1.928 *think tanks* ativos com possibilidade desse número ser ainda maior. O desenvolvimento dos *think tanks* chineses com foco internacional tem se mostrado uma das prioridades da agenda de diplomacia pública do governo chinês. Primeiro, os *think tanks* são como canais de difusão de ideias, informações, e promoção dos interesses e visões do país a nível global. Segundo os *think tanks* ajudam a administrar e controlar as críticas internacionais abordando questões delicadas e oferecendo respostas estratégicas para disputas e problemas diplomáticos, com intuito de moldar a narrativa global sobre a China (Zheng, 2014). Terceiro e último, a construção de redes e parcerias que envolvam os *think tanks* na colaboração e intercâmbio com instituições acadêmicas e internacionais, fortalece a posição do país em fóruns internacionais e organizações multilaterais.

Contudo, diante do cenário político de um país governado por um único partido, o Partido Comunista da China (PCC), alguns autores (Menegazzi, 2020; Hayward, 2018; Cheng, 2015) questionam até que ponto as produções intelectuais desses grupos poderiam contribuir de forma significativa para uma imagem positiva do país no âmbito internacional.

Como citado anteriormente, os *think tanks* de cultura anglo-saxã possuem ligações que variam entre vertentes ideológicas e financeiras operam sob um cenário pluralista, ou seja, definindo-se como *think tanks* sob uma multiplicidade de ideologias políticas, religiosas, interesses e diferentes sociedades que podem influenciar e serem influenciadas de diferentes formas. Para os chineses, os *think tank* são redefinidos pela ótica do campo político e dos contextos culturais que a China se encontra (Cheng, 2015), havendo apenas um regime governamental caracterizado como restritivo que possui uma ideologia: a do PCC para operar.

Segundo Zhu (2012; 2017), este tipo de regime limita que exista independência em pesquisas elaboradas por *think tanks* chineses que possam ativar um debate mais aberto politicamente entre a sociedade e o regime. A exemplo, os *think tanks* chineses que são ligados ao setor privado, conhecidos como independentes, ou não-governamentais, são orientados a navegar em debates públicos de forma controlada. Além de medidas rígidas de censura sobre temas delicados, o país adota regulamentação que incentiva certas atividades e prioridades

de investigação, de acordo com o que o Partido Comunista pode aceitar (Hayward, 2018; Menegazzi, 2017; Zhu, 2017).

3.2.1. Tipos de *think tanks* chineses

Os *think tanks* chineses podem desempenhar um papel fundamental em questões que podem ou não afetar o país, como na educação dos *policymakers*, nos meios de comunicação social e público e sobre assuntos de políticas nacionais e internacionais. É por meio disso, que Zhu (2017) caracterizou as diferentes estruturas institucionais destas organizações e suas afiliações, tais como: *think tanks* “oficiais” /governamentais; *think tanks* “semi-oficiais” e os *think tanks* “civis” ou também chamados de “não-governamentais”.

Quadro 5: Tipos de *Think tanks* chineses

Categorias dos <i>think tanks</i>	Tipo de organização	Principais <i>think tanks</i>
Oficiais	São instituições de pesquisa e análise que influenciam as políticas públicas e as decisões governamentais diretamente. Esses <i>think tanks</i> estão ligados ao governo, sendo financiados ou administrados por órgãos governamentais, universidades ou institutos de pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Chinese Academy of Social Sciences</i> (CASS); - <i>Development Research Center of the State Council</i> (DRC); - <i>China Institutes of Contemporary International Relations</i> (CICIR); - <i>China Rural Development Research Center</i> (CRDR); - <i>Research Center for the Communist Party of China's Policies</i>; <i>Chinese Academy of Sciences</i> (CAS)
Semi-oficiais	Têm uma relativa independência e maior liberdade em produzir temas relevantes e/ou controversos em comparação com os <i>think tanks</i> chineses oficiais, mas ainda atuam e seguem dentro dos limites permitidos pelo governo. Relações com o governo podem ser de financiamentos. Podem estar associados a universidades ou organizações privadas, mas, em geral, trabalham com as agências governamentais.	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Peking University Development Research Institute</i>; - <i>China Institutes of Contemporary International Relations</i> (CICIR); - <i>China Development Research Foundation</i>; - <i>Tsinghua University Center for Public Policy Research</i>; - <i>China Center for International Strategic Studies</i> (CCISS).
“Civis” ou não-governamentais	São instituições de pesquisa independentes que atuam sem vínculos diretos com o governo chinês ou financiamento governamental. Mesmo assim	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Unirule Institute of Economics</i>; - <i>Charbar Institute</i>;

	este são orientados a produzir dentro das delimitações rígidas impostas pelo governo e de uma regulamentação.	- <i>Beijing Cultural Development Center for Rural Women.</i>
--	---	---

Fonte: Elaborado pela autora baseado na obra de Zhu (2017).

Os *Think tanks* “oficiais”, são instituições de pesquisa e análise que influenciam as políticas públicas e as decisões governamentais diretamente. Nestes, são produzidos relatórios, estudos e recomendações em diversas áreas, como economia, política, relações internacionais, tecnologia, meio ambiente e segurança nacional. Na China, esses *think tanks* estão ligados ao governo, sendo financiados ou administrados por órgãos governamentais, universidades ou institutos de pesquisa. Por serem “oficiais”, suas pesquisas e recomendações permitem que sejam diretamente aplicadas nas políticas nacionais com mais frequência (Zhu 2017; 2020). Os principais *think tanks* oficiais chineses são: *Chinese Academy of Social Sciences (CASS)*³⁷; *Development Research Center of the State Council (DRC)*³⁸; *China Institutes of Contemporary International Relations (CICIR)*³⁹; *China Rural Development Research Center (CRDR)*; *Research Center for the Communist Party of China's Policies*⁴⁰; *Chinese Academy of Sciences (CAS)*⁴¹.

Quadro 6: Principais *think tanks* “Oficiais” chineses

<i>Think tanks</i> “Oficiais”	Principais Áreas de Produção Intelectual
<i>Chinese Academy of Social Sciences (CASS)</i>	- Pesquisa Econômica; - Estudos Sociais e de Desenvolvimento; - Estudos políticos e de governança; - Cultura e Filosofia; - Estudos de Relações Internacionais - Estudos sobre a ideologia do PCC
<i>Development Research Center of the State Council (DRC)</i>	- Economia; - Política Industrial; - Finanças; - Desenvolvimento rural; - Comércio Internacional.
<i>China Institutes of Contemporary International Relations (CICIR)</i>	Assuntos relacionados à Economia e Relações Internacionais.

³⁷ *Chinese Academy of Social Sciences*. Disponível em: <http://cass.cssn.cn/>. Acesso em 10 de maio de 2024.

³⁸ *Development Research Center of the State Council*. Disponível em: <http://en.drc.gov.cn/>. Acesso em 10 de maio de 2024.

³⁹ *China Institutes of Contemporary International Relations*. Disponível em: <http://www.cicir.ac.cn/>. Acesso em 10 de maio de 2024.

⁴⁰ *Research Center for the Communist Party of China's Policies*. Disponível em: <http://www.cpd.org.cn/>. Acesso em 10 de maio de 2024.

⁴¹ *Chinese Academy of Sciences*. Disponível em: <http://english.cas.cn/>. Acesso em 10 de maio de 2024.

<i>China Rural Development Research Center (CRDR)</i>	Questões rurais da China. Concentra-se análises nos aspectos: - Econômicos; - Sociais; - Ambientais.
<i>Research Center for the Communist Party of China's Policies</i>	Fornecer suporte intelectual e analítico para a formulação de políticas do Partido Comunista da China.
<i>Chinese Academy of Sciences (CAS)</i>	Fornecer pesquisa em sua maioria nas seguintes áreas - Física quântica; - Ciência espacial; - Biotecnologia; - Inteligência artificial.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os *Think tanks* “semi-oficiais”, apesar de manterem uma relativa independência, ainda mantêm relações com o governo chinês ou recebem financiamento governamental. Estes, podem se associar a universidades ou organizações privadas, mas, em geral, trabalham com as agências governamentais e têm um impacto significativo na formulação de políticas e de influências nos *policymakers*. Esses *think tanks* têm maior liberdade para debater e discutir temas relevantes e/ou controversos em comparação com os *think tanks* chineses oficiais, mas ainda atuam e seguem dentro dos limites permitidos pelo governo. Os *think tanks* semi-oficiais transmitem uma ideia de “ponte” entre o pensamento acadêmico e a implementação de políticas, oferecendo uma perspectiva crítica que pode vir a complementar a visão dos *think tanks* completamente oficiais (Zhu 2017; 2020). Os principais *think tanks* chineses considerados semi-oficiais, são: *Peking University Development Research Institute*⁴²; *China Institutes of Contemporary International Relations (CICIR)*⁴³; *China Development Research Foundation*⁴⁴; *Tsinghua University Center for Public Policy Research*⁴⁵; *China Center for International Strategic Studies*⁴⁶ (CCISS).

⁴² *Peking University Development Research Institute*. Disponível em: <https://www.dri.pku.edu.cn/>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

⁴³ *China Institutes of Contemporary International Relations*. Disponível em: <http://www.cicir.ac.cn/>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

⁴⁴ *China Development Research Foundation*. Disponível em: <https://www.cdrf.org.cn/english/>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

⁴⁵ *Tsinghua University Center for Public Policy Research*. Disponível em: <http://cpr.tsinghua.edu.cn/en/>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

⁴⁶ *China Center for International Strategic Studies*. Disponível em: <http://www.ccsa.org.cn/en/>. Acesso em 10 de maio de 2024.

Quadro 7: Principais *think tanks* “Semi-oficiais” chineses

<i>Think tanks</i> “Semi-oficiais”	Principais Áreas de Produção Intelectual
<i>Peking University Development Research Institute</i>	Uma universidade que produz pesquisas acadêmicas em seis diferentes departamentos: <ul style="list-style-type: none"> - Humanidades; - Ciências Sociais; - Economia e Gestão; - Ciência, Tecnologia da Informação; - Engenharia; - Ciência da Saúde.
<i>China Institutes of Contemporary International Relations (CICIR)</i>	Assuntos relacionados à Economia e Relações Internacionais.
<i>China Development Research Foundation</i>	Dedicada à pesquisa e análise de políticas sobre questões de desenvolvimento econômico e social, com o objetivo de contribuir para a tomada de decisões informadas pelo governo chinês.
<i>Tsinghua University Center for Public Policy Research</i>	Tem como foco a análise de políticas públicas, contribuindo para a pesquisa acadêmica, formulação de políticas e discurso público na China. <ul style="list-style-type: none"> - Governança; - Políticas sociais; - Desenvolvimento econômico; - Relações Internacionais.
<i>China Center for International Strategic Studies (CCISS)</i>	Focada em segurança global, estratégia militar e relações internacionais. Analisa tendências estratégicas globais, aconselha o governo chinês sobre questões de segurança e defesa, contribuindo para o discurso estratégico internacional.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por último, os *think tanks* “civis” ou “não-governamentais”, são instituições de pesquisa independentes que atuam sem vínculos diretos com o governo chinês ou financiamento governamental. Em sua maioria, são criados por universidades, organizações não governamentais (ONGs), instituições privadas ou até mesmo civis. Em teoria, estes *think tanks* têm mais “liberdade” para explorar uma grande variedade de temas, e, muitas vezes, oferecem perspectivas críticas ou alternativas às políticas governamentais. Porém como dito anteriormente, estes são orientados a produzir dentro das delimitações rígidas impostas pelo governo e de uma regulamentação (Zhu 2017; Dongtao, 2018). Os *think tanks* chineses

não-governamentais, mais conhecidos são: *Unirule Institute of Economics*⁴⁷; *Charhar Institute*⁴⁸; *Beijing Cultural Development Center for Rural Women*⁴⁹.

Quadro 8: Principais *think tanks* “não-governamentais” chineses

<i>Think tanks</i> “não-governamentais”	Principais Áreas de Produção Intelectual
<i>Unirule Institute of Economics</i>	Pesquisas focas na importância dos mecanismos de mercado, direitos de propriedade e o papel do governo chinês no desenvolvimento econômico. Com ainda mais foco em pesquisas sobre: - Reforma econômica chinesa; - Políticas econômicas voltadas à mercado; - Economia institucional.
<i>Charhar Institute</i>	Tem o objetivo de fornecer pesquisas e recomendações políticas sobre política externa e estratégias internacionais da China. Assuntos focados em: - Relações internacionais; - Governança global; - Estudos regionais.
<i>Beijing Cultural Development Center for Rural Women</i>	Dedicam-se a promover o empoderamento e o desenvolvimento de mulheres rurais na China. Com foco nos seguintes temas: - Melhor condições sociais para mulheres rurais na China; - Econômicas; - Culturais; - Disparidades de gênero.

Fonte: Elaborado pela autora.

As instituições que atuam fora da estrutura estatal direta têm um papel relevante na diversificação de perspectivas, no fortalecimento do *soft power* e na promoção de diálogos internacionais. Apesar de ainda enfrentar desafios, como limitações políticas e dependência financeira do Estado por muitas vezes, os *think tanks* não-governamentais representam uma dimensão estratégica crucial para o crescimento da influência global da China (Li, 2017). A relevância dos *think tanks* chineses acaba sendo muito além do suporte técnico para a elaboração de políticas para o Partido Comunista da China. Eles são fundamentais para projetar uma estratégia global mais ampla, ajudando a China a se posicionar como um ator indispensável em questões transnacionais de diferentes formas.

⁴⁷ *Unirule Institute of Economics* (天则经济研究所). Disponível em: <http://www.unirule.cloud/>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

⁴⁸ *Charhar Institute* (察哈尔学会). Disponível em: <https://www.charhar.org.cn/>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

⁴⁹ *Beijing Cultural Development Center for Rural Women* (北京文化发展中心妇女研究所). Disponível em: <http://www.bjwomen.gov.cn/>. Acesso em: 17 de maio de 2024.

3.2.2. O papel dos *think tanks* chineses para a China

Para Zhu (2017), Menegazzi (2017; 2020) e Dongtao (2018), muitos dos *think tanks* chineses desempenham as principais funções como: conselheiros do governo; acadêmicos em universidades e advogados da esfera pública. Porém dentro destas funções cabe relacionar que existe o contexto de “geografia” e “poder” a que essas organizações estão inseridas (Nachiappan, 2013). Mesmo que estas, estejam sob um regime restritivo, vale ressaltar que a China é um país extremamente populoso e extenso territorialmente.

A “geografia” segundo Nachiappan (2013), é importante pois mostra a capacidade das regiões em adquirir, absorver e comunicar conhecimento de forma intensiva e eventualmente e influenciar na definição de políticas. Já o “poder”, é a ligação administrativa que se torna importante, ou seja, independente da atmosfera de conhecimento regional, os *think tanks* chineses são capazes de influenciar devido à proximidade com as estruturas de poder a que estão ligados.

No entanto, segundo Hayward (2018), os *think tanks* chineses ao longo dos anos parecem estar se afastando das abordagens tradicionais, para adotar uma abordagem mais orientada para o mercado novamente e voltada para soluções pragmáticas sobre os desafios sociais, econômicos e políticos impostos à China pelo ambiente internacional. Já Menegazzi (2017) sobrepõe o argumento, e acredita que os *think tanks* chineses estão se modificando, buscando maior autonomia e influência na formulação de políticas públicas. Essa mudança é motivada por uma série de fatores, como a complexidade crescente dos problemas enfrentados pela China, a globalização, da necessidade de soluções mais inovadoras tecnologicamente e da sua colocação no cenário internacional como potência.

A ascensão da China como uma potência global pode ser atribuída a vários fatores, tais como: econômicos, políticos, sociais e tecnológicos. Alguns fatores como uma política externa ativa, investimento em *soft power* e em diplomacia cultural se destacam em torno da utilização dos seus *think tanks* como instrumentos de ação. Os *think tanks* chineses desempenham uma série de funções relevantes na política externa chinesa, tais como a análise de questões internacionais, a elaboração de estratégias e a realização de pesquisas com o objetivo de orientar as políticas governamentais (Li, 2002).

Com relação à política externa da China, o país tem adotado uma política externa mais proativa, ampliando sua influência global através de iniciativas como a *Belt and Road Initiative* (BRI) e o BRICS. Estas iniciativas contêm conselhos formados por *think tanks* de cada membro integrante com objetivo de auxiliar nas decisões a serem tomadas de forma consensual. O Conselho de *Think Tanks* da BRI, serve como um fórum para pesquisa, diálogo e colaboração sobre a iniciativa. O objetivo do conselho de *think tanks*, é aumentar a compreensão da iniciativa, garantir sua execução eficiente e incentivar a colaboração entre as nações e instituições ali envolvidas. A BRI foi uma proposta da China em 2013, de promover a conectividade e a cooperação entre países da Ásia, Europa e outros lugares através de iniciativas de infraestrutura, comércio e investimentos.

Outro exemplo citado, que será discutido de forma mais aprofundada na próxima sessão, é a representatividade dos *think tanks* chineses dentro do *BRICS Think Tank Council*, o conselho de *think tanks* do BRICS. No início do BTTC, entre 2013 e 2016, o *China Centre for Contemporary World Studies* (CCCWS) representou a China. Em 2017, a China criou o CCBTC, órgão que a representa até os dias atuais no BTTC. De acordo com o site oficial da *Fujian Normal University*⁵⁰, em 2018, o CCBTC contava com 1 diretor-geral, 8 vice-diretores-gerais, 69 unidades membros e 71 membros. O país se sobressaiu surpreendentemente no que diz respeito ao investimento em produção científica em benefício de seus interesses dentro e fora do BRICS.

Destaca-se que os *think tanks* chineses têm procurado aumentar a sua presença por meio de parcerias com instituições estrangeiras e participando de redes internacionais de pesquisa e intercâmbio (Li e Wong, 2018). Isso demonstra a crescente ambição da China em desempenhar um papel mais ativo e estratégico na arena internacional na busca pelo equilíbrio de poder. Apesar dos desafios, de serem considerados *think tanks* não-independentes em sua maioria, os *think tanks* chineses continuarão tendo um papel relevante na política externa e na diplomacia chinesa, podendo ajudar a promover os interesses e valores do país em um mundo cada vez mais conectado.

⁵⁰ *Fujian Normal University*. FNU Becomes a Member of the China Council for the BRICS Think Tank Cooperation. Disponível em: < <https://www.fjnu.edu.cn/english/7c/d8/c7513a163032/page.htm>>. Acesso em: 9 de julho de 2024.

3.3 BRICS Think Tank Council – BTTC

O BRICS percebeu, desde o princípio, uma relevância em utilizar da capacidade da produção científica dos *think tanks* especialistas em diversas áreas como importantes instrumentos para o fomento das discussões dos múltiplos temas discutidos pelo agrupamento.

Em 2023, o BTTC completou dez anos de existência como um importante canal para a cooperação em pesquisa capaz de estabelecer a ligação entre a comunidade acadêmica dos países membros (Declaração XIX Cúpula do BRICS, artigo 79). O BTTC, porta o compromisso de elaborar documentos importantes como: “*Towards a Long Term Strategy for BRICS*”; “*Realizing the BRICS long-term goals: Road-maps and Pathways*” e “*Indicadores de Progresso da Cooperação do BRICS*”. Além disso, o BTTC, elabora as declarações de forma conjunta, que representam o consenso dos membros dos *think tanks* do BRICS, sobre questões importantes e tópicos de interesse comum dos países representantes. Estas declarações são frequentemente divulgadas após reuniões e conferências do BTTC.

A I Cúpula do BRICS, sediada em Ecatimburgo, na Rússia em 2009, já contava com a presença de *think tanks*. Conforme Baunmann (2015) pontua, inicialmente, o acordo entre os países emergentes era de que a partir desta primeira Cúpula, fossem feitas reuniões de Cúpulas anuais; de Chanceleres e Ministros das Finanças; de agricultura e de cidades-irmãs; cooperação nas áreas de segurança; encontros de empresários e de *think tanks*.

No ano de 2010, durante a II Cúpula do BRICS, sediada em Brasília, as reuniões de *think tanks* foram incorporadas no chamado “Fórum Acadêmico”, criado para englobar as diferentes reuniões extra cúpulas (de Chanceleres e Ministros das Finanças; da agricultura e cidades-irmãs; cooperação nas áreas de segurança; encontros de empresários e de *think tanks*) dentro de um único espaço. Neste Fórum Acadêmico, aconteceu o primeiro Seminário de *Think Tanks* do BRICS. Em 2011, na III Cúpula do BRICS em Sanya (China), ocorreu o segundo Seminário de *Think tanks* do BRICS. Em 2012, a IV Cúpula do BRICS em Nova Déli (Índia), o terceiro Seminário de *Think Tanks* do BRICS já era realizado de forma recorrente.

Até que durante a V Cúpula do BRICS, realizada em Durban, na África do Sul no ano de 2013, houve a oficialização da criação de um conselho somente de

think tanks do BRICS, que seriam encarregados de organizar os futuros Fóruns Acadêmicos do BRICS: *BRICS Think Tank Council* (BTTC). Ficou acordado entre as partes que o BTTC contaria com a representação e participação de *think tanks* representantes dos cinco países emergentes que integravam o agrupamento, sendo eles: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (Brasil)⁵¹; *The National Committee for BRICS Research* - NRC/BRICS (Rússia)⁵²; *Observer Research Foundation* - ORF⁵³ (Índia), *China Council for BRICS Think tank Cooperation* - CCBTC (China)⁵⁴; e *The National Institute for the Humanities and Social Sciences* – NIHSS (África do Sul)⁵⁵.

Quadro 9: *Think tanks* representantes BTTC

Instituição	País	Descrição	Foco principal
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	Brasil	Órgão governamental de pesquisa que assessora políticas públicas.	Desenvolvimento econômico, social e políticas públicas.
The National Committee for BRICS Research (NRC/BRICS)	Rússia	Instituição especializada em estudos sobre o BRICS e cooperação internacional.	Relações internacionais, economia e geopolítica dos BRICS.
Observer Research Foundation (ORF)	Índia	Think tank independente que analisa questões estratégicas e de desenvolvimento global.	Política externa, segurança, economia e tecnologia.
China Council for BRICS Think Tank Cooperation (CCBTC)	China	Conselho de pesquisa que promove cooperação acadêmica entre os BRICS.	Economia, governança global e inovação.
The National Institute for the Humanities and Social Sciences (NIHSS)	África do Sul	Instituição de pesquisa voltada para o fortalecimento das ciências humanas e sociais no país e no BRICS.	Educação, cultura, desenvolvimento social e cooperação acadêmica.

Fonte: Elaborada pela autora com base nas descrições de cada *think tank*.

Em 2014, durante a VI Cúpula do BRICS, em Fortaleza, houve a oficialização do BTTC. Para que fosse possível levar as discussões dos *think tanks* de forma mais organizada, ficou acordado entre os países integrantes que as reuniões do BTTC aconteceriam de forma anual e antecederam as Cúpulas oficiais do BRICS. Portanto, neste ano, aconteceria a sexta edição do Fórum Acadêmico

⁵¹ Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

⁵² *The National Committee for BRICS Research* - NRC/BRICS. Disponível em: <https://www.nkibrics.ru/>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

⁵³ *Observer Research Foundation* – ORF. Disponível em: <https://www.orfonline.org/>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

⁵⁴ *China Council for BRICS Think tank Cooperation* – CCBTC. Disponível em: https://www.ccbtc.org.cn/jinzhuan/index_pc.html. Acesso em: 24 de abril de 2024.

⁵⁵ *The National Institute for the Humanities and Social Sciences* – NIHSS. Disponível em: <https://nihss.ac.za/>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

realizada no Rio de Janeiro sendo a primeira edição a ter a agenda discutida formalmente e aprovada no âmbito da oficialização do BTTC.

No decorrer deste Fórum, organizado pelo BTTC, aconteceram debates pelos quais os *think tanks* elaboraram e dividiram em dez sessões técnicas : i) os BRICS e seus vizinhos – comércio e investimento; ii) desenvolvimento inclusivo sustentável; iii) BRICS – cooperação para o desenvolvimento internacional; iv) CT&I e os desafios de inovação nos BRICS; v) questões de paz e segurança; vi) novas classes médias – grupos emergentes em países emergentes; vii) a rápida urbanização: o desafio das megacidades; viii) produtividade e a armadilha do rendimento médio; ix) BRICS e a governança global; e x) tecnologias sociais.

Este documento de trabalho foi elaborado e cumpriria com o dever de ser publicado e oferecido aos Chefes de Estado para considerações que seriam demandadas no ano seguinte, na reunião da VII Cúpula do BRICS, em 2015, com a Rússia como país-sede da cúpula. O documento oferecido aos Chefes de Estado e Governo em 2015, fruto do esforço conjunto, acabou recebendo o título de “*Towards a Long Term Strategy for BRICS*” e teve como pilar cinco temas base, que foram divididos entre cinco Grupos de Trabalho representados pelos *think tank* de cada país membro. Neste documento, os temas se dividiram em: i) Promovendo a cooperação para o crescimento e o desenvolvimento econômico – China; ii) Paz e segurança – Rússia; iii) Justiça social, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida – África do Sul; iv) Governança política e econômica – Índia; e v) Progresso através do compartilhamento de conhecimento e inovação – Brasil.

Este documento é uma análise estratégica voltada para o desenvolvimento de uma cooperação mais profunda entre os países que compõem o agrupamento. O documento por si só buscou promover uma visão comum entre os países do BRICS e dos desafios enfrentados por cada um, apesar de suas diferenças econômicas e culturais. Ademais, como fortalecer a cooperação Sul-Sul, identificação de problemas comuns existentes nos países em desenvolvimento e, ajudou a fundamentar a criação de iniciativas práticas, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do BRICS.

Dividido em cinco grupos de trabalho, cada uma das questões apresentadas foi elaborada por um grupo de trabalho composto por uma mescla de representantes dos *think tanks* dos cinco países. Porém, cada grupo foi conduzido pelo *think tank* de

cada um dos países do BRICS. A China participou da preparação do tópico 1. O Grupo 1 foi coordenado por Zhou Yuyun (China) e teve como membros efetivos Claudio Amitrano (Brasil), Elena Rogathykh (Rússia), Zhao Zhongxiu, Sun Jingying (China), Vivan Sharan (Índia) e Jaya Josie (África do Sul). Na época Zhou Yuyun, compunha a delegação de membros do *China Centre for Contemporary World Studies*, o *think tank* que representava a China no Conselho. O pilar “Promover a cooperação para o crescimento e o desenvolvimento econômico”, coordenado pela China, elaborou recomendações aos Chefes e Governo para os anos futuros do bloco econômico.

Quadro 10: Recomendações ao BRICS – Pilar China

<ul style="list-style-type: none"> • Manter o seu rápido crescimento econômico e liderar como motor da economia mundial e o desenvolvimento econômico; 	<ul style="list-style-type: none"> • Expandir o comércio entre si e com o resto do mundo;
<ul style="list-style-type: none"> • Ajustar os seus padrões de crescimento econômico, reforçando simultaneamente a suas vantagens competitivas tradicionais para buscar inovações tecnológicas impulsionar a economia; 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar uma transformação econômica e estabelecer uma nova economia motor de crescimento mundial;
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a sua posição na cadeia de valor global e na produção global de redes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Enfrentar ativamente as alterações climáticas globais, desenvolver tecnologias de energia limpa e concretizar o desenvolvimento sustentável da economia;
<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir gradualmente a desigualdade de rendimentos e eliminar a injustiça social para alcançar os objetivos de desenvolvimento inclusivo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter a estabilidade econômica através da melhoria do sistema de gestão da segurança industrial.
<ul style="list-style-type: none"> • Os países BRICS devem enfatizar acordos multilaterais abrangentes sobre questões que incluem bens, serviços, concorrência, propriedade intelectual e fluxos de trabalho de curto prazo, para promover mercados abertos entre eles e amplificar ainda mais o impacto da liberalização comercial no investimento, na produção e no emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os países BRICS devem reforçar a sua cooperação na supervisão das finanças internacionais, otimizar o mecanismo de supervisão bilateral, instituindo um mecanismo de coordenação entre os reguladores financeiros para melhorar as suas medidas de regulação, melhorar a transparência do mercado e diminuir a assimetria de informação.
<ul style="list-style-type: none"> • Os países BRICS devem reforçar a sua cooperação em matéria de governança, promover a coordenação entre as suas autoridades monetárias na gestão dos fluxos de capitais transfronteiriços, trabalhar em conjunto para construir um mecanismo de supervisão para a macroeconomia e os mercados financeiros e construir uma rede regional de segurança financeira internacional para intensificar a sua monitorização dos fluxos 	

globais de capitais e evitar a transmissão transfronteiriça de riscos financeiros.	
--	--

Fonte: *Towards a Long-Term Strategy for BRICS*, 2014. (Elaborado e adaptado, tradução nossa)

A grande importância do BTTC se dá na cooperação entre os países do agrupamento ser fundamental para fortalecer suas posições no cenário internacional e promover o desenvolvimento econômico e social. Na atual "era do conhecimento", o investimento em pesquisa se tornou um fator central para a competitividade global e, conseqüentemente, uma forma de poder político e econômico.

Dentro dos dados da pesquisa feita por Kahn (2015), o autor destaca que de 1996 a 2013 os países do BRICS tiveram um aumento na participação em produções científicas. Enquanto em 1996, os países do BRICS conjuntamente representavam apenas 8% da produção científica mundial, a Europa e os EUA, representavam 30% e 29% respectivamente. Já no ano de 2013, os BRICS ascenderam em produção científica para 25%, deixando os EUA atrás com 22%. O que coincidentemente temos no mesmo ano de 2013 a criação do BTTC.

Com dados mais atuais, segundo o site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações ⁵⁶, no campo científico e tecnológico, o BRICS contribui com 17% do investimento global em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e com 27% ao todo dos artigos científicos publicados nos periódicos internacionais. A China, neste cenário, possui o maior investimento em P&D entre os BRICS e está entre os líderes globais nesse setor. Esse crescimento a posiciona como um dos principais centros de inovação do mundo, desafiando potências tradicionais como os EUA e a Europa.

Segundo Kahn (2015), a China, em 1996, respondia por cerca de 2% da produção científica global e 30% das publicações dos BRICS, já em 2013 a participação cresceu para 14% da produção mundial e 66% da produção dos BRICS. E atualmente o governo do presidente Xi Jinping investiu cerca de 371 bilhões de yuans (o equivalente a aproximadamente R\$ 262,7 bilhões) no ano de 2024⁵⁷.

⁵⁶ Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações: Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/Cooperacao_Internacional/Multilateral/BRICS.html?searchRef=brics&tipoBusca=expressaoExata Acesso em: 31 de janeiro de 2025.

⁵⁷ Notícia: China planeja ampliar investimento em C&T em 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/noticias/noticias/420-china-planeja-ampliar-investimento-em-c-t-em-2024#:~:text=Centro%20de%20Pesquisa%20em%20Ci%C3%Aancia%2C%20Tecnologia%20e%20Sociedade,-A+&text=Ao%20todo%2C%20o%20governo%20do,Minist%C3%A9rio%20das%20Finan%C3%A7as%20da%20China.> Acesso em: 24 janeiro de 2025.

Apesar dos diferentes investimentos em pesquisa, ao trabalhar em conjunto, os países do BRICS podem enfrentar os desafios globais de forma mais eficaz e construir um futuro mais próspero para suas populações. Os documentos elaborados pelo BTTC, são instrumentos da consolidação dessa cooperação.

Em 2016, ocorreu a VIII Cúpula do BRICS, realizada na Índia. O BTTC, ficou encarregado de produzir uma proposta chamada *“Realizing the BRICS long-term goals: Road-maps and Pathways”*. Este documento teve como objetivo principal, reafirmar, renovar e endossar os pilares e metas que haviam sido elaboradas em 2015. Mantendo os principais pontos do documento predecessor, este apresentou “rotas” para atingir as metas estabelecidas, focando nas áreas prioritárias como comércio, investimentos e infraestrutura, incluindo as etapas específicas e cronogramas para a execução das iniciativas colaborativas. Outro endosso deste documento foi a proposta de um sistema de observação e avaliação para acompanhar e avaliar o progresso na realização das metas e estratégias de longo prazo, acordadas anteriormente. Incluindo a criação de mecanismos de feedback e indicadores de desempenho. E não menos importante, esta mesma proposta adiciona que as estratégias e os planos devem ser revisados regularmente para ajustar as abordagens com base nos resultados alcançados e nas mudanças no cenário global.

Este segundo documento produzido pelo BTTC, teve como objetivo principal, reafirmar, renovar e endossar os pilares e metas que haviam sido elaboradas do documento elaborado pelo BTTC em 2015. Elaborado em 2016, durante a VIII Cúpula do BRICS, realizada na Índia, ficou acordado entre os membros do conselho que este documento seria dividido os tópicos a cada *think tank* representante. A China com a sua representação do *think tank China Centre for Contemporary World Studies*, foi responsável pelo tópico 1, onde novamente ela é responsável pelo mesmo tema: “Promover a cooperação para o crescimento e o desenvolvimento econômico”.

A China ficou novamente responsável por liderar iniciativas em áreas estratégicas como inovação tecnológica, sustentabilidade, finanças e reforma da governança global. A sua contribuição reflete sua posição como sendo o motor econômico e tecnológico do agrupamento, além de sua ambição de moldar uma

nova ordem internacional mais equilibrada e favorável aos países em desenvolvimento.

Além de reforçar os objetivos do documento anterior, a partir do ano de 2016, a China ficou encarregada de algumas outras importantes responsabilidades. Liderar iniciativas relacionadas à inovação tecnológica, incluindo desenvolvimento de Inteligência Artificial (IA), economia digital e tecnologias emergentes. A China assumiu a liderança em projetos voltados para transições energéticas, projetos de energia solar e eólica dos países do BRICS. Responsável pela coordenação de redes de pesquisa em áreas como biotecnologia, energia renovável e mudanças climáticas. Além disso, assumiu a responsabilidade em alinhar as operações do NDB com os objetivos de longo prazo (documento de 2015) do BRICS, garantindo financiamento para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. E o principal, ficou encarregada de coordenar plataformas de intercâmbio científico e educacional, promovendo iniciativas de transferência de conhecimento entre os países membros, promovendo a diplomacia científica através da cooperação científica e educacional.

Já no período de 2017 a 2019, não foram elaborados documentos pelo BTTC, apenas foram mencionados em seus documentos oficiais como nas Declarações Oficiais e nos Planos de Ações do BRICS. Os *think tanks* e o BTTC foram incentivados a prosseguir com o desenvolvimento dos trabalhos e pesquisas, além de serem celebrados como parte importante do BRICS nas reuniões anuais do BTTC e dos Fóruns Acadêmicos.

A produção de documentos pelos BTTC foi mais esporádica durante esse período, priorizando eventos de discussão e seminários pontuais em vez de relatórios anuais robustos como os anteriores. Alguns fatores como a priorização das políticas econômicas internas de cada país neste período; crise econômica no Brasil, sanções à Rússia e disputas entre China e Índia dificultaram o consenso no grupo ao longo desses anos e complicaram a definição dos objetivos comuns. Ademais, este período culminou numa reavaliação das atividades e estratégias de cooperação dos *think tanks* do bloco, reduzindo o ritmo da produção de relatórios, implementação prática das recomendações dos BTTC, por conta do período mais “tenso”. Por conta disso, algumas diferenças estruturais podem acabar afetando o progresso de cooperação entre os países do BRICS, como o aumento da

competitividade, compartilhamento de recursos, parcerias em pesquisa e desenvolvimento e políticas de inovação focadas em enfrentar desafios comuns (Siridova, 2018).

Para Astakhova (2020), a colaboração científica entre os países do BRICS, destaca-se na importância da ciência para a agenda de modernização e desenvolvimento militar dos países do BRICS. Cada nação do agrupamento possui uma tradição acadêmica e de pesquisa que se desenvolve a mais de um século, com sistemas de inovação operantes, mas com características distintas. A Rússia e a China destacam-se pelas suas academias de ciências, que concentram o ensino e a pesquisa, enquanto as universidades teriam um papel mais secundário. Já a África do Sul, por sua vez, combina universidades e conselhos de pesquisa com um financiamento considerável para a produção científica. A Índia, por assim, é reconhecida pelos seus Institutos de Tecnologia de renome mundial, com um processos seletivos rigorosos. Por outro lado, o Brasil, destaca-se para pesquisas agrícolas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), além da pesquisa médica e vacinal da Fundação Oswaldo Cruz.

Cada país apresenta uma estrutura única, com diferentes ênfases e níveis de investimento na pesquisa científica. Mas mesmo assim, Astakhova (2020), destaca que, embora haja declarações políticas que enfatizam a importância da cooperação científica, a realidade mostra que a colaboração efetiva entre os países do BRICS é limitada nesta dinâmica.

Por conta disso, para Medeiros *et. al.* (2017) a importância dos *think tanks* como entidades que influenciam diretamente o processo político, podem auxiliar de forma competente a troca científica entre os países. Isso vale não apenas por meio de propostas formais de Cúpulas, mas também para que se possa moldar debates, ou criar narrativas de forma a estruturar informações com base científica que possam guiar as decisões dos Chefes de Estado e Governo. Apesar das diferenças entre os autores Medeiros *et. al.* (2017) e Astakhova (2020), o comum a se levar em conta entre eles, é uma visão interessante sobre como o poder (seja político, econômico ou científico) é exercido, em escalas e contextos diferentes o que gera ao BRICS, tanto desafios quanto oportunidades para a colaboração.

Em 2020, devido à pandemia do Covid-19, a XII Cúpula do BRICS, que seria realizada na Rússia no mês de julho de 2020, ocorreu de forma remota em

novembro do mesmo ano. Nesta Cúpula, o BTTC foi designado a elaborar um documento chamado "*Indicadores de Progresso da Cooperação do BRICS*", com o objetivo de fornecer uma visão clara do progresso das iniciativas conjuntas e identificar áreas a serem melhoradas. Além de elaborar estes indicadores, o BTTC solicitou aos líderes do BRICS que considerassem a possibilidade de consultar outras agências de estatísticas relevantes, como outros ministérios e agências ligadas ao BRICS, para que fosse possível trabalhar em conjunto na avaliação dos indicadores propostos. A meta era obter uma visão mais abrangente e precisa dos indicadores de inovação e desenvolvimento, aproveitando especializações e diferentes métodos de cada agência consultada. Essas contribuições complementares enriqueceram a análise, permitindo comparações mais consistentes entre os países do BRICS.

Quadro 11: Indicadores e subtópicos dos Indicadores

Indicadores	Subtópicos
Política e Governança Global	- Segurança Internacional; - Governança Global
Crescimento Econômico e Cooperação, Finanças e Desenvolvimento Sustentável	- Dinâmica e Qualidade de Crescimento Econômico, posição na economia mundial; - Comércio e Investimento; Cooperação Financeira; - Ciência Tecnologia e Inovação; - Economia Digital e Desenvolvimento em Inovação; - Agenda 2030 (SDGs) - Energia e Cooperação Ambiental; - Agricultura e Cooperação em Segurança Alimentar; - Conectividade;
Cooperação Humanitária de pessoa para pessoa (<i>people to people contacts</i>)	- Trocas Culturais; - Turismo; - Cooperação Educacional; - Esportes; - Interações com meios de comunicação; - Cooperação regional e municipal do BRICS; - Cooperação de <i>Think Tanks</i> ; - Cooperação de Assistência Médica.

Fonte: Elaborado pela autora com base no documento *Indicadores de Progresso da Cooperação do BRICS*.

De forma resumida, os indicadores demonstraram um aumento do comércio entre os países BRICS, destacando os aumentos em determinados setores e identificando novos produtos e mercados. O documento destacou o crescimento do comércio entre os países do agrupamento, focado nas exportações de produtos manufaturados, máquinas, equipamentos eletrônicos e veículos. Além disso, apontou a expansão para novos mercados, principalmente na Ásia e na África, além de setores emergentes como tecnologias digitais e produtos ligados à

sustentabilidade e energia renovável. Identificou-se obstáculos, como diferenças regulatórias e barreiras comerciais a serem superadas a fim de aumentar a facilidade do comércio entre os países do BRICS. Os indicadores, por sua vez, destacaram o crescimento dos investimentos diretos e projetos de infraestrutura entre os países BRICS, com ênfase em áreas como transporte, energia e telecomunicações. O relatório avaliou tanto os avanços desses projetos colaborativos quanto às áreas com progresso mais lento, oferecendo uma visão crítica das iniciativas conjuntas do agrupamento. Destaca-se a avaliação positiva nos avanços em pesquisas e parcerias científicas dos países membros. Isso inclui, as iniciativas ambientais desenvolvidas pelo BRICS e de inclusão social.

Na XIII Cúpula do BRICS, em 2021, Nova Deli, Índia, ocorreu uma menção na Declaração sobre a realização da reunião do BTTC e a reafirmação da relevância desse conselho para o BRICS. Juntamente com o Fórum Acadêmico, elaborou-se um documento com recomendações aos representantes dos países para a próxima Cúpula que seria presidida pela China em 2022. A XIV Cúpula do BRICS, presidida pela China, em 2022 apresentou resultados satisfatórios⁵⁸, oriundos das reuniões do BTTC, do 14º Fórum Acadêmico e dos Simpósios de *Think Tanks* do BRICS. Houve um reforço ainda maior por parte do *think tank* chinês sobre a relevância das propostas de intercâmbio e cooperação dos *think tanks* do BRICS em 2022. O CCBTC reforçou a relevância das propostas de intercâmbio e cooperação entre os *think tanks* do BRICS, destacando o papel fundamental dessas interações na construção de uma estratégia conjunta para enfrentar desafios globais. A China enfatizou a importância da colaboração dos países para o desenvolvimento de soluções inovadoras e sustentáveis, especialmente em áreas como ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico, para além disso, fortalecer a posição do BRICS no cenário internacional. Neste ano, a China propôs a criação da Rede de *Think Tanks* do BRICS para Finanças (BRICS *Think Tank for Network and Finance* – em inglês).

⁵⁸ Terceiro Simpósio do BRICS Think Tank de 2022 realizado, China. Disponível em: <https://brics2022.mfa.gov.cn/eng/zdhzlyhjz/others/202209/t20220930_10775642.html> . Acesso em: 25 de dezembro de 2024.

Durante a XIV Cúpula do BRICS em Pequim, China, em 2022⁵⁹, a Declaração de Pequim incluiu o *BRICS Think Tank for Network and Finance*, uma nova iniciativa lançada pela China no âmbito do mecanismo de cooperação financeira do agrupamento. Em geral, espera-se que as economias emergentes, incluindo principalmente os países do BRICS, apresentem um papel mais relevante no cenário mundial. Dessa forma, o fortalecimento da cooperação em investigação sobre finanças, em particular o papel dos *think tanks* na área financeira, pode fornecer apoio intelectual ao BRICS no reforço e progresso da cooperação, na promoção da recuperação econômica pós pandemia.

Partindo para a XV Cúpula do BRICS que foi presidida pela África do Sul em 2023. Enquanto a reunião de cúpula foi realizada presencialmente, as reuniões do BTTC, foram realizadas de forma virtual,⁶⁰ dentre março e maio esta reunião dividiu-se nos seguintes temas: i) Desenvolver uma parceria para uma Transição Equitativa e Justa; ii) Transformando a educação e o desenvolvimento de habilidades para o futuro; iii) Desbloqueando oportunidades por meio do Acordo de Livre Comércio Continental Africano; iv) Fortalecimento da Recuperação Socioeconômica Pós-Pandemia e o Cumprimento da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável; e v) Fortalecimento do multilateralismo, incluindo o trabalho em prol de uma reforma real das instituições de governança global e o fortalecimento da participação significativa das mulheres nos processos de paz.

Dentro do que foi apresentado na Cúpula de 2023 do BRICS, principalmente o anúncio de seis novos membros ao agrupamento (Argentina, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã), não poderia ser diferente para o BTTC, que oficializou mais um mecanismo de cooperação entre os *think tanks* do BRICS: o *BRICS Think Tank for Network and Finance*. Este novo mecanismo utiliza da produção dos *think tanks* do BRICS, dentro do BTTC, para atender assuntos voltados aos financeiros do agrupamento, a fim de buscar soluções econômicas aos países integrantes. Sob a presidência da África do Sul, nesta cúpula, foram desenvolvidas as diretrizes sobre como esse mecanismo funcionará em termos de

⁵⁹ Briefing de Imprensa do Centro de Imprensa da Delegação Chinesa (2023). Disponível em: <https://ipc.fmprc.gov.cn/eng/hdtz/202308/t20230825_11132570.htm> .Acesso em: 25 de dezembro de 2024.

⁶⁰ Reunião BTTC. XV Cúpula do BRICS 2023, África do Sul. Disponível em: <<https://brics2023.gov.za/events-calendar/>> . Acesso em: 25 de dezembro de 2024.

governança, resultados e financiamento (Declaração XV Cúpula do BRICS, artigo 47).

O *BRICS Think Tank for Network and Finance* formado por *think tanks* financeiros líderes nacionais, de cada país integrante do BRICS é válido para os novos integrantes desde que designados *think tanks* para assumir a liderança e cooperar de forma independente e flexível. A investigação dessa rede foca nas teorias e políticas relevantes para ajudar as economias emergentes e os países em desenvolvimento EMDCs⁶¹ com temas como: desenvolvimento sustentável; a macroeconomia; as políticas financeiras; a economia digital e as alterações climáticas (Declaração XIV Cúpula do BRICS, art 40).

A criação da iniciativa aumenta a troca de experiências e o compartilhamento de conhecimento entre os membros do BRICS nas áreas de finanças e economia, auxiliando nas decisões a serem tomadas pelos membros do BRICS, no aprofundamento da comunicação e os intercâmbios, na melhora da compreensão entre os países integrantes do BTTC.

Segundo, Medeiros *et. al.* (2017), o BTTC é uma ferramenta indispensável para sustentar as discussões estratégicas do agrupamento. Os autores (2017), reconhecem a relevância do BTTC na elaboração de análises e na criação de uma rede de colaboração científica e educacional forte, mas ressaltam que sua atuação está diretamente ligada à natureza governamental ou estatal dos *think tanks* que o compõem e representam cada país. Isso significa que as recomendações do BTTC estão frequentemente alinhadas com os interesses estratégicos dos governos dos países membros, o que pode limitar sua independência e inovação.

Astakhova (2020) e Kubota (2019), ressaltam que existem bons benefícios de uma cooperação científica para os países do BRICS, como o aumento da capacidade de pesquisa, o aumento da competitividade global e o estímulo ao desenvolvimento sustentável. Astakhova (2020), enfatiza a importância da cooperação científica para enfrentar desafios globais como um grupo. Além disso, dentro dos benefícios há os desafios enfrentados pelos países do BRICS, como as diferenças nos sistemas de pesquisa, barreiras linguísticas e culturais, e a necessidade de harmonizar as políticas científicas.

⁶¹ *Emerging Markets and Developing Countries*

Ambos os estudos (Astakhova 2020; Kubota 2019), portanto, reconhecem a relevância da cooperação dos países no contexto do BRICS, ao mesmo tempo que apontam obstáculos a serem superados para que se alcance cada vez mais uma parceria colaborativa e inovadora dentro do agrupamento.

Ao explorar temas como desenvolvimento sustentável, macroeconomia, políticas financeiras e mudanças climáticas, o BTTC facilita a troca de experiências e fomenta maior coesão e entendimento mútuo. No entanto, sua atuação está vinculada aos interesses estratégicos dos governos, o que pode limitar sua autonomia. Conforme apontado por Medeiros et al. (2017), Astakhova (2020) e Kubota (2019), embora a cooperação científica ofereça benefícios significativos, como o aumento da competitividade global e a capacidade de enfrentar desafios globais, barreiras a serem superadas, como diferenças culturais e políticas de pesquisa. Dessa forma, O BTTC pode possuir um papel mais simbólico e prático na consolidação do BRICS, sobretudo ao promover intercâmbios acadêmicos e científicos que podem reforçar a coesão e a relevância do agrupamento no cenário global.

4. A prática da diplomacia científica por meio dos *think tanks* chineses no BTTC

A ascensão da China como potência global tem sido acompanhada por uma sofisticada estratégia de projeção de poder, principalmente utilizando as ferramentas advindas de um *soft power* bem desenvolvido (Nye, 2012). Neste contexto, a diplomacia científica emerge como um elemento para a promoção dos interesses chineses através da ciência no cenário internacional. Os *think tanks*, como instituições de pesquisa e análise, são instrumentalizados para desempenhar papel fundamental nesse processo, atuando como agentes de influência e disseminação de ideias em prol dos interesses chineses.

Este capítulo, discute como os *think tanks* chineses utilizam da prática da diplomacia científica e quais dimensões mais utilizam para impulsionar os interesses da China no âmbito do BRICS Think Tank Council (BTTC). Para tanto, são analisadas as dimensões da diplomacia científica empregadas pelos *think tanks* chineses a partir do *China Council for BRICS Think-tank Cooperation* (CCBTC) dentro desse mecanismo do BRICS. Especificamente, compreender a maneira que

os *think tanks* chineses operam dentro do BRICS e como o CCBTC funciona de maneira organizacional.

A análise das práticas da diplomacia científica dos *think tanks* chineses no âmbito do CCBTC revela que a diplomacia científica tem sido uma ferramenta estratégica para promover os interesses da China nos BRICS. Ao examinar as diversas facetas da diplomacia científica - desde o uso da ciência como base para negociações internacionais até a construção de parcerias estratégicas -, é possível notar que o CCBTC atua não apenas como um canal de troca de conhecimento, como um instrumento para moldar agendas políticas e econômicas. Este papel confere à China uma posição de liderança dentro do BRICS, ao mesmo tempo em que promove uma rede de colaboração científica mais robusta entre os membros.

Ao final, a atuação dos *think tanks* chineses dentro do BRICS demonstra o potencial da diplomacia científica como um mecanismo de *soft power*. Contudo, para que esta rede de cooperação seja plenamente eficaz, será necessário superar obstáculos como as diferenças institucionais e políticas entre os países membros. À medida que o CCBTC amadurece, seu papel pode se tornar ainda mais relevante para o fortalecimento das relações multilaterais no BRICS e para a promoção do desenvolvimento sustentável e da inovação científica em escala global.

4.1 Os *think tanks* chineses no BTTC

O BTTC, tem como objetivo focar e elaborar pesquisas diretamente ligadas a assuntos relacionados ao BRICS e aos países que o compõem. Dessa forma, a representatividade de *think tanks* de cada nação-membro do BRICS, fortalece a cooperação, o diálogo e a construção de uma agenda comum com base no desenvolvimento de pesquisas.

Cada *think tank* traz consigo uma visão particular sobre os desafios e oportunidades que o país enfrenta, bem como sobre as relações internacionais e a perspectiva sobre a ordem mundial. Essa diversidade de perspectivas enriquece o debate dentro do BRICS, permitindo uma análise mais abrangente e complexa dos temas que são discutidos em cúpulas, por exemplo. Além disso, a troca de conhecimentos e experiências entre os *think tanks* representantes promove a cooperação consistente entre os países membros, facilitando a identificação de

interesses comuns e a busca por soluções conjuntas para os desafios globais (McGann, 2012).

Ao trabalhar em conjunto, os *think tanks* contribuem para a construção de uma agenda comum para o BRICS, definindo prioridades e objetivos estratégicos para o agrupamento. Ademais, a participação de *think tanks* de diferentes países confere maior legitimidade e credibilidade às decisões e iniciativas do agrupamento para com o restante do mundo, demonstrando que é capaz de construir consensos e representar os interesses de uma ampla gama de países, especialmente dos países do Sul Global (McGann, 2012; Gladun, 2017). A produção de conhecimento dos *think tanks* sobre temas relevantes para os BRICS, como desenvolvimento econômico, inclusão social, governança global e inovação, é essencial para a formulação de políticas públicas e para a tomada de decisões estratégicas que os Chefes de Estado e Governo venham a ter.

A atuação da China dentro BTTC, se dá por meio de um conselho de *think tanks*, o *China Council for BRICS Think-tank Cooperation* (CCBTC), diferenciando-os dos outros membros do BRICS, que são representados apenas por um *think tank*. No caso específico dos *think tanks* chineses, a criação do CCBTC, pode se apresentar como um elemento importante da visão estratégica de longo prazo da China no que tange a promoção de seus interesses dentro do BRICS e fortalecimento do seu papel de protagonista dentro e fora do grupo.

Os *think tanks* chineses desempenham um papel central no BTTC, a presença de vários *think tanks* permite que a China tenha uma abordagem mais flexível e abrangente na formulação de propostas sobre temas como desenvolvimento sustentável, economia digital e inovação tecnológica, temas fundamentais para a agenda futura do agrupamento. Esse papel diferenciado coloca os *think tanks* chineses em uma posição de destaque dentro da rede, influenciando não apenas a agenda, mas também os processos decisórios do BRICS.

O futuro dos *think tanks* chineses no BTTC aponta para um protagonismo ainda maior, com o potencial de liderar iniciativas voltadas à cooperação científica e educacional entre os membros. À medida que o BRICS busca se consolidar como uma força multilateral de relevância global, os *think tanks* chineses poderão impulsionar parcerias que promovam políticas públicas mais inovadoras e adaptadas

às necessidades do grupo. No entanto, o sucesso dessa estratégia dependerá da capacidade de harmonizar os interesses chineses com os dos demais países membros, superando potenciais tensões e promovendo uma cooperação efetiva e equilibrada. Ao fortalecer a coesão interna do BRICS, os *think tanks* chineses podem ajudar a moldar um futuro mais integrado e resiliente para o agrupamento, com maior impacto nas questões que envolvam os países do Sul-Global.

4.1.1 *China Council for BRICS Think-tank Cooperation (CCBTC)*

Até o ano de 2016, o *think tank* representante da China no BTTC foi o *China Centre for Contemporary World Studies (CCCWS)*. A criação e estabelecimento do *China Council for BRICS Think-tank Cooperation (CCBTC)*, se deu no ano seguinte, em 2017, durante a presidência rotativa da China no BRICS. Essa iniciativa surgiu como uma resposta à necessidade de fortalecer a cooperação entre os *think tanks* dos países membros do BRICS, buscando aprofundar os laços acadêmicos e políticos entre as nações.

No dia 11 de janeiro de 2017, Pequim sediou a "Reunião de Estabelecimento do Conselho Chinês para Cooperação de *Think Tanks* do BRICS e Fórum Wanshou", organizada pelo Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da China. O evento contou com a participação de mais de 160 representantes de 63 entidades relevantes⁶². Durante a reunião, foram aprovados a lista de membros e o estatuto do conselho, além de realizadas discussões sobre dois temas principais: "Cooperação Prática entre os Países do BRICS: Avanços e Caminhos" e "Cooperação do BRICS e Governança Global". Enquanto o primeiro tema destacou avanços concretos e desafios na cooperação prática, o segundo enfatizou o papel do BRICS na reconfiguração da ordem global.

A "Cooperação Prática entre os Países do BRICS: Avanços e Caminhos", focou em como os países do BRICS têm avançado na cooperação em áreas concretas, como comércio, investimentos, inovação e desenvolvimento sustentável. Avanços significativos como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)(Coelho e

⁶² Notícia: A reunião inaugural do Conselho Chinês para Cooperação de Think Tanks do BRICS e do Fórum Wanshou foi realizada em Pequim. Guo Yezhou compareceu e fez um discurso (tradução nossa). Disponível em: <https://www.ccbtc.org.cn/jinzhuan/jzdt/zflshdt/0111/20240117114742753836817_pc.html>. Acesso em 24 janeiro de 2025.

Capinzaiki, 2017; Stuenkel, 2020). Já a "Cooperação do BRICS e Governança Global" tratou do impacto do BRICS na governança global, como o agrupamento pode influenciar instituições como a ONU, FMI e OMC, promovendo iniciativas que desafiam a hegemonia dos países ocidentais, tal como a ampliação do uso de moedas locais no comércio e no financiamento de projetos (Dongxiao, 2017).

O CCBTC, foi originalmente fundado pelo Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da China (IDCPC), um departamento que reúne universidades chinesas, instituições de pesquisa e empresas. Seu objetivo principal é simplificar os diálogos não-governamentais da China entre os países que compõem o BRICS⁶³. O CCBTC tem como foco atuar como um fórum de discussão e colaboração, organizar eventos como conferências, seminários e workshops. Conforme é descrito em seu site oficial (2025), o CCBTC é uma organização social não jurídica que funciona como um mecanismo e plataforma de trabalho aberta da China, ou seja, uma entidade que opera com reconhecimento e legitimidade dentro do contexto político, econômico e social, mas não é uma entidade legalmente registrada até o presente momento .

Abbott e Snidal (2021), propõem o conceito de "Governance Triangle" (Triângulo de Governança), onde a governança global depende de arranjos híbridos, onde Estados, empresas, ONGs, e *think tanks* podem compartilhar responsabilidades na regulação. Da mesma forma, esse modelo ajuda a entender quem define as regras globais e como o Estado continua exercendo influência, mesmo quando a regulação parece descentralizada. Mesmo que existam diferentes unidades de *think tanks* chineses que fazem parte do CCBTC, e este, não tenha características jurídicas, ele é um conselho reconhecido pela China e legítimo perante o contexto em que está inserido, no caso o BRICS.

No caso específico da China, o CCBTC atua como uma rede de instituições voltadas para a análise estratégica, mas sua atuação é fortemente vinculada aos objetivos estatais chineses no BRICS, refletindo os interesses de longo prazo do governo em moldar a agenda do agrupamento. Segundo enfatiza Li (2018), a relação entre os *think tanks* chineses e os interesses estratégicos do Estado,

⁶³ Notícia: Council on BRICS Think-Tank Cooperation Held. Disponível em: <http://english.jinhua.gov.cn/art/2017/2/13/art_1229487527_58893496.html> . Acesso em: 15 de novembro de 2024.

funcionam como instrumentos de política externa e de projeção de poder (Li, 2018). No contexto do CCBTC, o governo chinês tem adotado uma estratégia de coordenação centralizada, utilizando os *think tanks* para fortalecer sua posição dentro do BRICS e liderar iniciativas em áreas-chave, como desenvolvimento sustentável e economia digital. Essa influência governamental, embora possa limitar a autonomia dos *think tanks*, pode ser vista como uma ferramenta para alcançar maior alinhamento entre as políticas propostas e os objetivos estratégicos nacionais. Assim, o CCBTC ilustra como os governos podem usar *think tanks* para moldar as narrativas e decisões em fóruns multilaterais, como o BRICS.

Atualmente, reúne mais de 100 unidades governamentais, com suas áreas de pesquisa abrangendo os principais temas da cooperação entre os BRICS, como segurança política, economia, comércio, finanças e intercâmbios culturais e interpessoais. Ao todo, as sete universidades co-presidentes do CCBTC⁶⁴, listadas no quadro 12, são consideradas o núcleo de trabalho do conselho, responsáveis por sua preparação e operação. Já os *think tanks* que fazem parte do que chamam de unidade governante do conselho, atuam como a segunda estrutura dando suporte científico direto aos *think tanks* co-presidentes, de forma oficial, dentro das pesquisas que são desenvolvidas pelo CCBTC (ver quadro 13).

Quadro 12: Co-presidentes do CCBTC

Instituição	Local	Áreas de destaque
Universidade de Pequim	Pequim	Ciências Sociais, Humanas, Naturais e Tecnologia
Universidade Tsinghua	Pequim	Engenharia, Ciências Exatas, Tecnologia e Administração
Universidade Renmin da China	Pequim	Ciências Sociais, Economia e Direito
Universidade Fudan	Xangai	Economia, Administração, Ciências Políticas e Medicina
Universidade de Zhejiang	Hangzhou	Tecnologia, Ciências Naturais, Engenharia e Negócios
Universidade de Negócios e Economia Internacionais (UIBE)	Pequim	Comércio Internacional, Finanças e Economia

⁶⁴ CCBTC. Disponível em: <https://www.ccbtc.org.cn/jinzhuan/about/jzj/list/index_pc.html> Acesso em 11 de janeiro de 2025.

Think Tank Internacional Landi	Pequim	Estratégia Global, Economia e Desenvolvimento
--------------------------------	--------	---

Fonte: Elaborado pela autora, informações retiradas do site oficial do CCBTC e do site oficial de cada universidade e *think tank*.

Quadro 13: Membros do CCBTC - Unidades Governantes

Instituições de diversas áreas:
<ul style="list-style-type: none"> ● Escola de Relações Internacionais, Universidade de Pequim ● Escola de Diplomacia Partidária, Universidade de Estudos Internacionais de Pequim ● Fundação Beijing Dongyu Globalization Think Tank (Think Tank de Globalização de Pequim) ● Centro de Cooperação dos BRICS, Universidade Normal de Pequim ● Escola de Relações Internacionais, Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim ● Escola de Relações Internacionais, Universidade de Língua e Cultura de Pequim ● Centro de Finanças Internacionais do Ministério das Finanças ● Instituto da China Contemporânea e do Mundo ● Instituto de Estudos Regionais e de Países, Universidade de Negócios e Economia Internacionais ● Instituto de Desenvolvimento da Universidade Fudan ● Escola de Economia, Universidade Normal de Fujian ● Instituto de Estratégia Internacional de Guangdong ● Associação de Pesquisa de Economias Emergentes de Guangdong ● Instituto de Estudos Africanos, Universidade de Estudos Estrangeiros de Guangdong ● Escola de Economia, Universidade de Tecnologia de Guangdong ● Instituto Nacional de Desenvolvimento de Think Tanks ● Centro Internacional de Informações Estatísticas, Departamento Nacional de Estatísticas ● Instituto de Planejamento e Pesquisa do Banco Nacional de Desenvolvimento ● Instituto de Pesquisa de Energia da State Grid Co., Ltd. ● Departamento de Pesquisa Econômica Internacional, Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento do Conselho de Estado ● Instituto China-ASEAN, Universidade de Guangxi ● Academia de Ciências Sociais de Guangxi ● Centro de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação ● Instituto de Direito dos BRICS, Universidade de Ciência Política e Direito do Leste da China ● Escola de Línguas Estrangeiras, Universidade Normal de Hunan ● Escola de Relações Internacionais, Universidade Huaqiao ● Instituto de Governança Nacional, Universidade de Ciência e Tecnologia de Huazhong ● Escola de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Normal da China Central ● Instituto de Estudos do Leste e Nordeste Asiático, Universidade de Jilin ● Instituto Nacional de Desenvolvimento e Segurança, Universidade de Jilin ● Escola de Relações Internacionais/Instituto de Estudos da Diáspora Chinesa, Universidade de Jinan ● Faculdade de Talentos para Organizações Internacionais, Universidade de Jiangsu ● Centro de Inovação da Parceria da Nova Revolução Industrial dos BRICS ● Instituto de Pesquisa iFLYTEK ● Instituto de Pesquisa sobre Economia Aberta da China, Universidade de Liaoning ● Centro de Pesquisa do Cinturão e Rota, Universidade de Lanzhou ● Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Nanjing ● Escola de Governo Zhou Enlai, Universidade de Nankai ● Instituto de Estudos da China e Países Árabes, Universidade de Ningxia ● Think Tank Pangu ● Instituto de Co-desenvolvimento Global, Universidade Tsinghua ● Escola de Relações Internacionais, Universidade de Sichuan ● Instituto de Pesquisa dos BRICS, Universidade de Estudos Internacionais de Sichuan

- Instituto Internacional de Baixo Carbono da China, Universidade de Finanças e Economia de Shandong
- Escola de Ciência Política e Administração Pública, Universidade de Shandong
- Escola de Economia, Universidade de Finanças e Economia de Xangai
- Instituto de Estudos Globais, Universidade de Xangai
- Institutos de Estudos Internacionais de Xangai
- Academia de Ciências Sociais de Xangai
- Escola de Relações Internacionais e Assuntos Públicos, Universidade de Estudos Internacionais de Xangai
- Escola de Gestão Governamental, Universidade de Ciência Política e Direito de Xangai
- Centro de Pesquisa de Educação e Intercâmbio Cultural da Ásia Central, Universidade de Shihezi
- Instituto de Pesquisa sobre Comércio Internacional e Cooperação Econômica do Ministério do Comércio
- Instituto de Estudos Internacionais, Universidade de Wuhan

Fonte: Elaborado pela autora, informações retiradas do site oficial do CCBTC.

Guo Yezhou (CCBTC, 2017), vice-diretor do Departamento de Ligação Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da China e presidente do CCBTC, em seu discurso no dia da oficialização do Conselho enfatiza três aspectos advindos de uma atitude pragmática da China: (i) fornecimento de mais conselhos e sugestões para a cooperação do BRICS, (ii) promoção ativa de intercâmbios e cooperação entre os *think tanks* do BRICS e, por fim, (iii) promoção da integração e complementação das forças de investigação nacionais chinesas.

No mesmo ano, 2017, a China presidiu a IX Cúpula do BRICS e propôs a criação de um “Fundo de Pesquisa e Intercâmbio do BRICS”. Esse fundo tem como intuito apoiar o intercâmbio e a cooperação entre os *think tanks* dos BRICS e promover pesquisas aprofundadas sobre a colaboração entre os países do grupo (Artigo 66 da Declaração de Xiamen dos Líderes do BRICS).

Devido a importância da cooperação científica e do investimento sendo feito dentro dos planos da China, o presidente Xi Jinping, não tem medido esforços para cada vez mais elevar o nível de investimento e propaganda do polo científico chinês. Durante a XV Cúpula do BRICS em 2023, Xi Jinping discursou sobre a importância de desenvolver estudos sobre a inteligência artificial e convocou os países membros a iniciar um trabalho de grupo de pesquisa nessa área o mais rápido possível, dando as seguintes orientações:

Devemos dar pleno destaque ao papel do grupo de pesquisa, expandir ainda mais a cooperação em IA, fortalecer a troca de informações e a cooperação técnica, prevenir riscos em conjunto, formar uma estrutura de governança de IA e especificações padrão com amplo consenso e melhorar continuamente a segurança, confiabilidade, controlabilidade e justiça da

tecnologia de IA (tradução nossa, discurso Xi Jinping; XV Cúpula do BRICS, 2023)⁶⁵.

Em 2024, o presidente Xi Jinping em sua participação na XVI Cúpula do BRICS deu destaque à construção do “BRICS de Inovação” e pontuou o papel chinês no pioneirismo no desenvolvimento científico de alta qualidade e do BRICS na cooperação focada em inteligência artificial. Xi Jinping pontuou a China como precursora de todas essas novas iniciativas:

Devemos acompanhar o novo ciclo de revolução científica e tecnológica e de transformação industrial, além de cultivar uma nova produtividade de qualidade. A China estabeleceu recentemente o Centro de Desenvolvimento e Cooperação de Inteligência Artificial China-BRICS, e estabelecerá o Centro Internacional de Pesquisa de Recursos Marinhos Profundos do BRICS, o Centro de Cooperação da Zona Econômica Especial do BRICS na China, o Centro de Capacidade Industrial do BRICS na China e a Rede de Cooperação do Ecossistema da Indústria Digital do BRICS. Todas as partes são bem-vindas para participar ativamente (tradução nossa, discurso Xi Jinping; XVI Cúpula do BRICS, 2024)⁶⁶.

O CCBTC, portanto, atua como uma plataforma coordenada para representar a China nas discussões do *BRICS Think Tank Council* (BTTC). Sua função é essencial na formulação de análises, proposição de ideias políticas e facilitação da cooperação entre os países membros do BRICS, interessante destacar que muitas de suas publicações desenvolvidas no âmbito do BTTC (ver quadro 14), foram produções publicadas somente em chinês, com pouca ou quase nenhuma produção feita e traduzida para o inglês ou em outra língua estrangeira. No quadro abaixo, foi possível fazer uma tradução dos títulos brevemente com o auxílio de ferramentas de tradução, as produções são listadas no site oficial do CCBTC. O CCBTC, por ser composto por inúmeros *think tanks*, possui vantagens principalmente no que tange consolidar uma visão mais unificada e estruturada, além de mobilizar especialistas tanto nacionais quanto internacionais que trabalham

⁶⁵ Discurso Xi Jinping, XV Cúpula do BRICS. “我們要充分發揮主題組作用，進一步擴大人工智慧合作，加強資訊交流和技術合作，共同做好風險防範，形成廣泛認同的人工智慧治理框架和標準規範，並不斷提高人工智慧技術的安全性、可靠性、可控性和公平性”。 Disponível em: <https://www.ccbtc.org.cn/jinzhuan/zgzz/0823/554020_pc.html> . Acesso em 24 janeiro de 2025.

⁶⁶ Discurso Xi Jinping, XVI Cúpula do BRICS. “我們要順應科技革命與產業變革的新周期，培育新的優質生產力。中國近期成立了中國—金磚國家人工智慧發展合作中心，並將設立金磚國家國際深海資源研究中心、中國金磚國家經濟特區合作中心、中國金磚國家產業能力中心和金磚國家數位產業生態系統合作網絡。歡迎各方積極參與。”。 Disponível em: <https://www.ccbtc.org.cn/jinzhuan/zgzz/1027/20241027132118360002696_pc.html> Acesso em 24 janeiro 2025.

em prol dos *think tanks* chineses, numa abordagem multilateral ao Conselho. O CCBTC, portanto, funciona como um elo entre o governo chinês, a comunidade acadêmica e o BRICS.

Quadro 14: Produções do CCBTC ao longo dos anos

Ano	Título original	Tradução
2017	《智库话金砖系列·金砖国家经贸合作》	Think Tank fala sobre a série BRICS: a cooperação econômica e comercial entre os países BRICS
2017	《智库话金砖系列·金砖国家与全球治理》	Think Tank fala sobre a série BRICS: Países BRICS e governança global
2017	《智库话金砖系列·金砖国家合作机制》	Think Tank fala sobre a série BRICS: Mecanismo de cooperação BRICS
2017	《智库话金砖系列·金砖国家金融合作》	Think Tank fala sobre a série BRICS: Cooperação financeira entre os países BRICS
2017	《智库话金砖系列·金砖国家人文交流》	Think Tank fala sobre a série BRICS: Intercâmbios culturais entre os países BRICS
2017	《共谋合作发展 共创美好未来:金砖国家政党、智库和民间社会组织论坛实录》	Cooperação e desenvolvimento para um futuro melhor: registros do Fórum de partidos políticos, think tanks e organizações da sociedade civil do BRICS
2019	《新型南南合作蓝皮书——金砖国家合作发展报告(2019)》	Novo Livro Azul da Cooperação Sul-Sul - Relatório de Desenvolvimento da Cooperação BRICS (2019)
2023	《金砖国家联合统计手册2023》	Manual Estatístico Conjunto BRICS 2023

Fonte: Elaborado pela autora e traduzido livremente com base nos dados fornecidos no site oficial do CCBTC, 2025.

Por conta disso, o CCBTC fortalece a posição da China no BRICS e serve como um mecanismo para promover sua visão global. Ele reflete a capacidade da China de alinhar sua diplomacia com investimentos em pesquisa e inovação, consolidando sua liderança em fóruns multilaterais e ampliando sua influência em temas estratégicos que afetam o cenário global.

4.2 Os *think tanks* chineses e a diplomacia científica no BRICS

A diplomacia científica e os *think tanks*, em especial o CCBTC, têm se mostrado instrumentos eficazes para a China expandir sua presença global e moldar a ordem internacional em torno de seus interesses. Enquanto a eficiência destes elementos tem se elevado em países em desenvolvimento, como no caso do BRICS, por meio de seu BTTC, as limitações surgem no contexto de tensões políticas e barreiras de confiança em nações mais desenvolvidas como os Estados Unidos, por exemplo. Diante disso, a China busca maior transparência no envolvimento com parcerias que demonstrem um compromisso mais genuíno, com benefício mútuo e comprometimento com a resolução de problemas globais, como no caso do BTTC.

No entanto, a eficácia dessas ferramentas depende do contexto político e do nível de confiança entre os países envolvidos (Keohane, 1984). Na busca de maior transparência e benefício mútuo, a China fortalece sua diplomacia científica e constroi relacionamentos mais duradouros e produtivos com outros países. A prática da diplomacia científica da China traz três pontos importantes a serem destacados: o avanço tecnológico, a cooperação internacional e a ciência como língua universal. A China tem investido em parcerias científicas bilaterais e multilaterais, como em projetos ligados à saúde (as vacinas para a COVID-19), energia renovável e inteligência artificial.⁶⁷ Essas iniciativas impulsionam a colaboração global e projetam a imagem do país como líder em inovação científica (Kahn, 2015). Nos contextos geopolíticos mais tensos em que a China tem parceiros comerciais de ambos os lados, a diplomacia científica oferece um canal de diálogo que transcende rivalidades políticas.

A combinação de diplomacia científica e *think tanks* têm permitido à China posicionar-se como a parceira preferencial de países em desenvolvimento, especialmente nas áreas de infraestrutura e inovação tecnológica (The State Council, 2021). O país ocupa uma posição de destaque no BTTC através do CCBTC, refletindo seu interesse em contribuir com as discussões globais de desenvolvimento, fortalecer sua influência no Sul Global e alavancar os *think tanks* como instrumentos de diplomacia.

⁶⁷ Notícia: China to strengthen scientific cooperation. Disponível em: <https://english.www.gov.cn/news/international/exchanges/202111/09/content_WS6189c750c6d0df57f98e4b17.html> . Acesso em: 15 novembro de 2024.

A posição da China no BTTC está alinhada à estratégia mais ampla de fortalecer a cooperação com o BRICS. Para Legrand e Stone (2018), os *think tanks* desempenham um papel crucial na diplomacia científica, atuando como uma espécie de ponte entre a comunidade científica, os *policymakers* e a sociedade. O CCBTC é ilustrativo disso. Por meio do CCBTC, a China projeta sua diplomacia científica, propondo parcerias tecnológicas e científicas entre os países do BRICS. Isso fortalece o discurso de que a ciência e a tecnologia são elementos centrais para o desenvolvimento global.

Embora enfrente desafios relacionados à conciliação de interesses internos ao BRICS, sua contribuição é fundamental para a formulação de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável e a cooperação Sul-Sul. A posição da China no BTTC e a instrumentalização do CCBTC reforça sua influência no BRICS e fortalece sua busca por uma ordem global mais equilibrada e multipolar.

Impulsionada por sua *expertise* em áreas tecnológicas estratégicas e pela capacidade de mobilizar recursos financeiros para projetos de cooperação, a China tem influência direta na definição de prioridades, no estabelecimento de padrões e na promoção de iniciativas no BRICS. O BRICS tem sido um ponto de encontro para a troca de conhecimentos, o compartilhamento de inovações tecnológicas e a elaboração de soluções coletivas para problemas globais, como as mudanças climáticas, a pobreza e as desigualdades (Stuenkel, 2017). Se configura como uma força em constante crescimento e adaptação na ordem global. Seu impacto no futuro da governança internacional dependerá da sua habilidade em fortalecer sua cooperação interna, ampliar sua influência global e apresentar propostas inovadoras para os desafios do século XXI.

Partindo disso, segundo Kohlenberg e Godehardt (2020), a abordagem chinesa vai além das dicotomias tradicionais de países desenvolvidos e em desenvolvimento, reconfigurando o "Sul" com base nas relações diplomáticas e nos interesses estratégicos da China. Segundo os autores (2020), o país busca conectar o mundo a ela, criando uma espécie de "meta-geografia" que redefine o espaço global e amplia as fronteiras do "Sul" para incluir países fora das definições geográficas e econômicas tradicionais. A China vê os países em desenvolvimento como parceiros essenciais para sua política de conectividade. Essa visão é

acompanhada por um esforço de promover plataformas conectivas, como o BTTC, utilizando de ferramentas como os seus *think tanks* para projetar seus interesses. Como base no relacionamento diplomático, a política de conectividade da China, a "Konnektivitätspolitik" (Kohlenberg e Godehardt, 2020), definida como uma combinação de perspectivas políticas e estratégias que vão além da infraestrutura, sendo de grande relevância para o poder político no século XXI. A abordagem chinesa acaba demonstrando que um país que controla os recursos de conexão pode influenciar as fronteiras e o espaço da política internacional. O que abrange a ideia de elementos como corredores econômicos, redes de energia e informação, cadeias de suprimentos e infraestrutura digital, como redes móveis e satélites. Valendo tudo isso, principalmente quando a base de todos estes elementos é a ciência.

A China tem utilizado *dos seus think tanks* como ferramentas fundamentais na promoção de sua diplomacia científica, uma estratégia que busca fortalecer a cooperação internacional por meio da pesquisa e do intercâmbio de conhecimentos em diversas áreas, como tecnologia, saúde, meio ambiente e educação. Essa abordagem integra a diplomacia tradicional com iniciativas científicas e parcerias estratégicas. Em linhas gerais, os *think tanks* destacam a relevância das relações da China com os países em desenvolvimento, sendo a corrente que mais apoia o BRICS, o G-20 e a construção de uma ordem global mais multipolar (Shambaugh, 2013).

A abordagem da diplomacia científica chinesa é abrangente. Integrando a diplomacia científica com outras formas de diplomacia, como a econômica, cultural e política. A ciência não é tratada isoladamente, mas como parte de um conjunto mais amplo de ferramentas diplomáticas. A diáspora científica chinesa é altamente valorizada, principalmente em casos que o país incentiva cientistas chineses que trabalham no exterior a colaborar com a China e contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

A análise da diplomacia científica chinesa revela um quadro complexo e dinâmico, moldado por uma confluência de fatores históricos, culturais e políticos. A China, ao longo de sua trajetória, tem demonstrado uma notável adaptabilidade, utilizando a ciência e a tecnologia como ferramentas estratégicas para fortalecer

suas relações internacionais e ampliar sua influência global. Autores como Li (2023) e Jisi (2011) destacam como a diplomacia científica tem sido integrada às políticas públicas chinesas, desde o período Kuomintang (1928-1949) até a era da abertura econômica (1976), evidenciando a importância atribuída a essa prática. A abordagem chinesa da diplomacia científica se distingue por sua ênfase no Estado.

Parte da diplomacia científica envolve a difusão do conhecimento científico como uma extensão da cultura de um país. Os *think tanks* chineses, principalmente o CCBTC, buscam integrar a ciência ao tecido cultural global, promovendo o CCBTC como um centro de excelência e inovação em pesquisas que podem alavancar o BRICS em muitos aspectos. Isso ajuda a construir um *soft power* culturalmente enriquecedor e tecnológico, ao associar os valores da China às práticas científicas avançadas de um conjunto de institutos de *think tanks* que trabalham a favor de seus interesses de forma massiva. A diplomacia científica não se limita à colaboração entre governos, mas envolve o papel central de cientistas, *think tanks*, universidades e organizações internacionais. Ela contribui para a criação de uma base de conhecimento compartilhada, essencial para embasar políticas públicas e decisões multilaterais eficazes.

As três dimensões da diplomacia científica trabalham juntas para criar um ciclo contínuo de colaboração e cooperação (Ruffini, 2020), onde a ciência alimenta a diplomacia, a diplomacia facilita o avanço da ciência, e a ciência se torna uma parte integral das estratégias diplomáticas. Pôde-se analisar através destas dimensões, como a China pode pôr em prática sua diplomacia científica em ambientes de cooperação, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 15: Dimensões da Diplomacia Científica Chinesa

Dimensão	Objetivo
Ciência na diplomacia	A China utiliza a ciência e a tecnologia como ferramentas diplomáticas para construir relacionamentos internacionais e fortalecer sua posição no cenário global. Por meio de iniciativas como o BRICS, mais especificamente o BTTC, promove a colaboração científica e tecnológica, criando uma imagem de liderança global em inovação e desenvolvimento sustentável.
Diplomacia para a ciência	Refere-se ao uso da política externa para atrair talentos, recursos e tecnologia para a China. O governo promove parcerias internacionais

	com universidades e centros de pesquisa estrangeiros, incentivando o retorno de cientistas chineses formados no exterior. Essa prática visa fortalecer a capacidade científica interna e promover inovações estratégicas que a China almeja no cenário internacional.
Ciência para a diplomacia	A ciência aqui, é usada para fundamentar políticas públicas e negociações internacionais. A China busca moldar os debates globais e se posicionar como protagonista em questões ambientais, sanitárias e tecnológicas, influenciando os padrões e normas internacionais de acordo com seus interesses estratégicos. O outro lado desse posicionamento se dá pelo fortalecimento das relações internacionais que a China acaba reforçando por meio da ciência.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, pôde-se interpretar através das análises feitas para esta pesquisa que o CCBTC tende a refletir uma atuação dimensionada no âmbito do BTTC mais alinhada à dimensão da “ciência para a diplomacia”. Tudo porque envolve a utilização dos *think tanks*, produtores de ciência como ferramenta para fortalecer as relações diplomáticas e as parcerias entre os países membros do BRICS. Porém não se opõem a veracidade da China em navegar pelas outras dimensões da diplomacia científica com seus *think tanks* no BRICS, como também a “ciência na diplomacia” que se caracteriza como um aconselhamento científico com objetivo de auxiliar em questões de política externa ligados à C&T, ou especificamente a produção dos *think tanks* como um pilar importante nas tomadas de decisões dos Chefes de Estado e Governo durante as Cúpulas.

Por outro lado, no que diz respeito à *diplomacia para a ciência*, o CCBTC pode funcionar como uma plataforma para atrair investimentos internacionais em ciência e tecnologia, além de facilitar parcerias estratégicas entre instituições de pesquisa dos países membros do BRICS. Esses tipos de ações dos países membros, principalmente da China, tendem a aumentar a capacidade de inovação científica do agrupamento e a reforçar a infraestrutura tecnológica dos países membros, promovendo o crescimento sustentável e o compartilhamento de conhecimento científico (Zhu, 2017).

Já na dimensão que o CCBTC mais se destaca de *ciência para a diplomacia*, o conselho pode ser instrumental em fornecer uma base científica para negociações internacionais, contribuindo para a elaboração de políticas públicas e

recomendações embasadas em ciência. A China, por meio do CCBTC, utiliza os resultados de suas pesquisas para moldar discussões multilaterais sobre temas globais, como mudanças climáticas, segurança alimentar e saúde pública. A promoção da ciência permite que o CCBTC aproxime os países do BRICS e novos membros por meio da colaboração científica, criando uma rede mais coesa e estratégica. Dessa forma, a atuação do CCBTC pode fortalecer o papel do BRICS no cenário internacional, promovendo uma cooperação científica mais profunda e abrangente.

Portanto, os *think tanks* chineses utilizam da diplomacia científica nas suas diversas dimensões sempre com intuito de aumentar a projeção da China, no cenário internacional, consolidando sua imagem como líder em ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Ao promover essa cooperação, independentemente da dimensão em que o CCBTC possa se encaixar, a transferência de conhecimento e a construção de parcerias estratégicas, traz ao Conselho de *think tanks* chineses do BRICS as características que os instrumentalizam como importantes elementos na construção de um *soft power* forte da China, tornando o país como referência no empenho científico e transmutando isso em suas tomadas de decisões e aconselhamentos.

Considerações Finais

Em resposta à pergunta central desta pesquisa: como a diplomacia científica praticada pelos *think tanks* chineses no BTTC contribui para a projeção do soft power e dos interesses estratégicos da China no cenário multilateral? Os *think tanks* chineses promovem sim, os interesses da China utilizando da prática da diplomacia científica nos ambientes de cooperação, como o BRICS Think Tank Council (BTTC), por meio de diferentes estratégias.

Primeiro, eles funcionam como pontes diplomáticas, utilizando a ciência e a tecnologia como meios para facilitar negociações e diálogos com outros países membros. Ao produzir análises estratégicas e recomendações políticas com base em evidências científicas, os *think tanks* chineses ajudam a moldar a agenda do BRICS, alinhando-a aos objetivos de longo prazo já definidos da China.

Segundo, os mesmos *think tanks* impulsionam iniciativas de troca de conhecimento e cooperação científica e o principal motor se torna o CCBTC. Responsáveis por criar uma rede de colaboração científica massiva, reforçando a liderança da China dentro do BRICS, projetando uma imagem de liderança global em ciência e inovação.

A dinâmica de funcionamento do CCBTC como um conselho que reúne mais de 100 *think tanks* de diversas áreas de estudo na China permite que o país desenvolva suas políticas internacionais por meio da diplomacia científica a partir do BRICS. Em questões de números de *think tanks*, a China é o único país que disputa com os Estados Unidos. Os *think tanks* chineses têm sido eficazes na ampliação da influência global da China. São instrumentos centrais para a política externa da China, desempenham papéis tanto analíticos quanto diplomáticos, enquanto enfrentam o desafio de equilibrar os interesses nacionais e a credibilidade global chinesa.

A transferência de conhecimento e a construção de parcerias estratégicas, possibilitadas pela atuação do CCBTC, fortalecem o país como uma referência global em P&D e C&T. Através da diplomacia científica, a China aumenta sua influência e contribui para o avanço da ciência e da tecnologia em uma escala global.

O Conselho desempenha um papel importante na resolução dos desafios globais que os países do Sul Global enfrentam, principalmente os membros do BRICS, como as mudanças climáticas, a segurança alimentar e a saúde pública. Ao promover a cooperação científica internacional, o CCBTC contribui para a construção de um futuro mais próspero e sustentável para a China e para os países que a ela estão ligados ou que construíram parcerias sólidas. Dito isso, este estudo, teve como propósito, lançar as bases dos conceitos de diplomacia científica, *think tanks* chineses e BRICS, para que fosse possível compreender que a China tem utilizado da diplomacia científica e dos seus *think tanks* como pilares estratégicos da sua política externa.

A diplomacia científica e os *think tanks* chineses são ferramentas poderosas que impulsionam a liderança da China no BRICS. Elas promovem o desenvolvimento conjunto e a cooperação global, mas enfrentam desafios de confiança e competição interna no agrupamento. A China mantém a sua posição de forma estratégica de liderança, utilizando dessas ferramentas para consolidar sua influência e moldar a agenda internacional. O estudo contribui para os campos das Relações Internacionais e da Ciência Política, abordando análises acerca dos estudos em diplomacia científica, *think tanks* chineses e BRICS. Esse tipo de representação, dá a China cada vez mais imponência dentro do agrupamento. Liderando discussões, avançando em pesquisas mais “bem” desenvolvidas. Não que os outros membros do BTTC não sejam tão capazes quanto de desenvolver pesquisas do mesmo patamar, porém dentro das análises feitas, nenhum dos outros membros expressou alguma divergência contra a existência deste conselho dentro do BTTC. Ou seja, como o que já foi apresentado, a China consegue ganhar “poder” contornando brechas que talvez naquele momento não tenham tanta importância para os outros países, mas para a China é uma forma de protagonizar fortemente e promover seus interesses ainda mais.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, diversos desafios foram enfrentados, especialmente devido à natureza inédita dos temas abordados, às limitações de acesso a determinadas fontes e à complexidade teórica envolvida. Um dos principais obstáculos foi a escassez de informações disponíveis sobre o CCBTC em fontes com idiomas mais acessíveis, uma vez que grande parte do material

produzido por essa instituição encontra-se exclusivamente em chinês, o que dificultou em parte a análise e incorporação destas produções ao estudo.

Além disso, o acesso às produções acadêmicas e institucionais do CCBTC revelou-se um pouco restrito, tornando a obtenção dos dados primários um desafio significativo. Tentativas de contato com alguns *think tanks* que integram essa rede foram feitas, no entanto, não obtive nenhum retorno, limitando ainda mais a coleta de informações diretas sobre as atividades e impactos do CCBTC.

Essas dificuldades evidenciam a carência de estudos aprofundados tanto sobre um tema novo como a diplomacia científica quanto a atuação dos *think tanks* no contexto do BRICS, especialmente no que se refere à perspectiva chinesa. Diante desse cenário, a principal contribuição desta pesquisa reside em trazer uma análise contextualizada e inovadora sobre esses atores e suas interações, promovendo um olhar mais abrangente sobre o tema. O impacto desse estudo pode estimular novas investigações na área da diplomacia científica, incentivando futuras pesquisas que aprofundem a compreensão sobre a prática da diplomacia científica, e a influência de instituições como o CCBTC, nas dinâmicas políticas e acadêmicas internacionais.

Referências

ABELSON, Donald E. Think tanks and US foreign policy: An historical perspective. *US Foreign Policy Agenda*, v. 7, n. 3, p. 9-12, 2002.

ABELSON, Donald E. Think-tanks, social democracy and social policy. 2013.

ABELSON, Donald E. Old world, new world: the evolution and influence of foreign affairs think-tanks. *International Affairs*, v. 90, n. 1, p. 125-142, 2014.

ABELSON, Donald E.; RASTRICK, Christopher J. (Ed.). **Handbook on think tanks in public policy**. Edward Elgar Publishing, 2021.

ABBOTT, Kenneth W.; SNIDAL, Duncan. The governance triangle: Regulatory standards institutions and the shadow of the state. In: **The spectrum of international institutions**. Routledge p. 52-91, 2021.

ARMIJO, Leslie Elliott; ROBERTS, Cynthia. The emerging powers and global governance: Why the BRICS matter. In: **Handbook of emerging economies**. Routledge, 2014. p. 503-524.

ANUNCIATO, Renata; DOS SANTOS, Barbara. Diplomacia Científica e Diplomacia da Inovação: uma revisão sistemática de literatura sobre a perspectiva brasileira. **Conjuntura Austral**, v. 11, n. 54, p. 35-53, 2020.

ARANDA, Jorge Eduardo Ferreira Silva. **Diplomacia científica: das boas práticas internacionais a um modelo nacional ótimo**. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (Portugal).

ASTAKHOVA, MARINA. Scientific Cooperation across the BRICS. **BRICS Law Journal**, v. 7, n. 1, p. 4-26, 2020.

BAUMANN, Renato et al. BRICS: estudos e documentos. **Brasília: Funag**, p. 179-180, 2015.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Retos, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, v. 70, 2011.

BULL, Hedley. *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. 1977.

BRESLIN, Shaun. China and the global order: signalling threat or friendship?. *International Affairs*, v. 89, n. 3, p. 615-634, 2013.

BRICS. **6th BRICS Summit: Fortaleza Declaration**. 15 jul. 2014, Fortaleza, Brasil. Disponível em:

<<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/6-cupula-do-brics-2014/>>

Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. **7th BRICS Summit**: Ufa Declaration. Ufa, Rússia, 9 jul. 2015. Disponível em:

<<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/7-cupula-do-brics-2015/>>

Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. **14th BRICS Summit**: Beijing Declaration. China (virtual), 23 jun. 2022.

Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/24-cupula-do-brics-2022/>>

Acesso em: 23 jul. 2024.

COUNCIL, BRICS *Think Tanks*. Towards a long-term strategy for BRICS: a proposal by the BRICS Think Tanks Council. 2015. Disponível em:

<<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5255>> . Acesso em 08 jul. 2023.

COUNCIL, BRICS *Think Tanks*. Realizing the BRICS long-term goals: Road-maps and Pathways. 2016. Disponível em:

<<https://sabtt.org.za/wp-content/uploads/2017/11/Realising-BRICS-Long-Term-Goals.pdf>> . Acesso em 08 Julho 2023.

COUNCIL, BRICS *Think Tanks*. Recommendations of the Academic Forum 2021 to the Leaders. Disponível em:

<<https://brics2021.gov.in/brics/public/uploads/docpdf/getdocu-49.pdf>> Acesso em 10 jul. 2023.

COUNCIL, BRICS *Think Tanks*. BTTC Working Group for Indicator System.

Disponível em: <<https://brics-russia2020.ru/images/106/14/1061406.pdf>> Acesso em 10 jul. 2023.

THE STATE COUNCIL. China to strengthen scientific cooperation, 9 nov. 2021.

Disponível em:

https://english.www.gov.cn/news/international/exchanges/202111/09/content_WS6189c750c6d0df57f98e4b17.html Acesso em: 27 jan. 2025.

COELHO, Jaime Cesar; CAPINZAIKI, Marília Romão. Hierarquia dos Estados no regime econômico-financeiro: os BRICS e a governança econômica global. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 1, p. 131-154, 2017.

COPELAND, Daryl. Science diplomacy. **The SAGE handbook of diplomacy**, p. 628-641, 2016.

COLGLAZIER, E. William *et al.* **Sustainable Development for the Americas: Science, Health, and Engineering Policy and Diplomacy**. CRC Press, 2021.

CHENG, Joseph YS. China's Approach to BRICS. *Journal of Contemporary China*, v. 24, n. 92, p. 357-375, 2015

CHENG, Joseph YS. Xi Jinping's "New Model of Major Power Relationships" for Sino-American Relations. **Journal of Comparative Asian Development**, v. 15, n. 2, p. 226-254, 2016.

CHINA COOPERATION CENTER FOR BRICS THINK TANKS. 金砖国家智库合作中方理事会成立会议暨万寿论坛在京举行——郭业洲出席并致辞 . 2017. Disponível em: https://www.ccbtc.org.cn/jinzhuang/jzdt/zflshdt/0111/20240117114742753836817_pc.html. Acesso em: 27 jan. 2025.

DANTAS, Aline Chianca. Cooperação Sul-Sul entre Brasil e China: uma análise das iniciativas em ciência, tecnologia e inovação. 2023.

DALDEGAN, William; CARVALHO, Carlos Eduardo. Brics as a Dynamic and in Process Phenomenon of Global Planning: An Analysis Based on the 2009-2020 Annual Summit Declarations. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 10, n. 1, p. 117-147, 2022.

D'HOOGE, Ingrid. **China's public diplomacy**. Martinus Nijhoff Publishers, 2015.

DONGXIAO, Chen; YU, Ye. Global economic governance: New challenges and China's approaches. **China Int'l Stud.**, v. 63, p. 5, 2017.

DONGTAO, Q. I. The roles of government, businesses, universities and media in China's think tank fever: a comparison with the American think tank system. **China: An International Journal**, v. 16, n. 2, p. 31-50, 2018.

FEDOROFF, Nina V. Science diplomacy in the 21st century. **Cell**, v. 136, n. 1, p. 9-11, 2009.

FILIPPOV, Ivan. *Five new roles for think tanks in the age of polycrisis*. On Think Tanks, 2024. Disponível em: <https://onthinktanks.org/articles/five-new-roles-for-think-tanks-in-the-age-of-polycrisis/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

FLINK, Tim; SCHREITERER, Ulrich. Science diplomacy at the intersection of S&T policies and foreign affairs: toward a typology of national approaches. **Science and Public Policy**, v. 37, n. 9, p. 665-677, 2010.

GLUCKMAN, Peter. Science advice to governments: an emerging dimension of science diplomacy. **Sci Dipl**, v. 5, n. 2, p. 9, 2016.

GLUCKMAN, P., Turekian, V., Grimes, R., & Kishi, T. *Science Diplomacy: A Pragmatic Perspective from the Inside*. *Science & Diplomacy*, 2017.

HAIBIN, Li ; DONGTAO, Qi. The new-type think tanks with Chinese characteristics: Development and challenges. **China: An International Journal**, v. 16, n. 2, p. 3-11, 2018.

HAYWARD, Jane. The rise of China's new type of think tanks and the internationalization of the state. **Pacific Affairs**, Canadá, v. 91, n. 1, p. 27-47, 2018.

JISI, Wang. **China's Search for a Grand Strategy: A Rising Great Power Finds Its Way**, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25800458>. Acesso em: 12 de outubro de 2024.

LAMPTON, David M. **Following the Leader: Ruling China, from Deng Xiaoping to Xi Jinping**. University of California Press, 2019.

LADUN, Elena. Forum of Political Parties, *Think Tanks and Non-Governmental Organizations of the BRICS Group*, 4(3) BC law Journal (136– 143), 2017.

LEGRAND, Timothy; STONE, Diane. Science diplomacy and transnational governance impact. **British Politics**, v. 13, p. 392-408, 2018.

LI, He. The role of think tanks in Chinese foreign policy. **Problems of Post-Communism**, v. 49, n. 2, p. 33-43, 2002.

LI, C. *China's Think Tanks: Roles and Influence in the CCP's Policy Process*. Brookings Institution, 2013.

LI, Cheng. **The power of ideas: The rising influence of thinkers and think tanks in China**. 2017.

LI, Hak Yin; WONG, Seanon. The evolution of Chinese public diplomacy and the rise of think tanks. **Place Branding and Public Diplomacy**, v. 14, p. 36-46, 2018.

LI, Xin. Science diplomacy in China: Past, present and future. **Cultures of Science**, v. 6, n. 2, p. 170-185, 2023.

KAHN, Michael. A cooperação dos BRICS na ciência, tecnologia e inovação: retórica e realidades. **Contexto internacional**, v. 37, p. 185-213, 2015.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: Cooperation and discord in the world political economy**. Princeton university press, 1984.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*, Lisboa. 1994.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. In: **Geopolitics**. Routledge, 2014. p. 114-115.

KUNKEL, Söenke. Science diplomacy in the twentieth century: Introduction. **Journal of Contemporary History**, v. 56, n. 3, p. 473-484, 2021.

KRASNER, Stephen D. **Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables**. International Organization, Cambridge, v. 36, n. 2, p. 185-205, 1982.

KRASNYAK, Olga. National styles in science, diplomacy, and science diplomacy: A case study of the United Nations Security Council P5 countries. **Brill Research Perspectives in Diplomacy and Foreign Policy**, v. 3, n. 1, p. 1-100, 2018.

KRASNYAK, Olga; RUFFINI, Pierre-Bruno. Science diplomacy. **Science**, v. 9, p. 08, 2020.

KRIGE, John; BARTH, Kai-Henrik. Introduction: Science, technology, and international affairs. **Osiris**, v. 21, n. 1, p. 1-21, 2006.

KRIGE, John. *How Knowledge Moves: Writing the Transnational History of Science and Technology*. 2019.

KUBOTA, Luis. *Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação no BRICS*. Boletim de Economia e Política Internacional, v. 25, p. 28-39, maio/ago. 2019. Disponível em: [Ipea Repositório](#). Acesso em: 4 jan. 2025.

KUNKEL, Sönke. Science diplomacy in the twentieth century: Introduction. **Journal of contemporary history**, v. 56, n. 3, p. 473-484, 2021.

KOHLBERG, Paul Joscha; GODEHARDT, Nadine. Locating the 'South' in China's connectivity politics. **Third World Quarterly**, v. 42, n. 9, p. 1963-1981, 2021.

MCGANN, James G.; WHELAN, Laura C. **Global think tanks: Policy networks and governance**. Routledge, 2020.

MCGANN, James G. 2019 Global Go To Think Tank Index Report. 2020.

MCGANN, James G. (Ed.). **Think tanks and policy advice in the US: academics, advisors and advocates**. Routledge, 2007.

MCGANN, James G. Chinese think tanks, policy advice and global governance. **Indiana University Research Center for Chinese Politics & Business Working Paper**, n. 21, 2012.

MEDVETZ, Thomas. **Think tanks as an emergent field**. The Social Science Research Council. October, 2008.

MEDVETZ, Thomas. **Think tanks in America**. University of Chicago Press, 2012.

MEDEIROS, Max *et. al.* O poder invisível: a influência dos think tanks na opinião pública e decisões políticas no Brasil. In: **CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLITICA**, 9., 2017, Montevideu.

MENEGAZZI, Silvia. Chinese think tanks and public diplomacy in the Xi Jinping era. **Global Society**, v. 35, n. 3, p. 373-394, 2021.

MENEGAZZI, Silvia. **Rethinking think tanks in contemporary China**. Springer, 2017.

NACHIAPPAN, Karthik. Think tanks and the knowledge–policy nexus in China. *Policy and Society*, v. 32, n. 3, p. 255-265, 2013.

NAUGHTON, B. *China's Economic Think Tanks: Their Changing Role in the 1990s*. **The China Quarterly**, 171, 625–635, 2002.

NYE, Joseph S. Soft power. **Foreign policy**, n. 80, p. 153-171, 1990.

NYE, Joseph S. China and soft power. **South African Journal of International Affairs**, v. 19, n. 2, p. 151-155, 2012.

NYE, Joseph S. Soft power: the evolution of a concept. In: **Essays on evolutions in the study of political power**. Routledge, 2021. p. 196-208.

ONUJI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge Silva Nunes de. A Diplomacia Científica em favor da superação dos conflitos. **Jornal da USP**, 2022.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

ONUJI, Janina *et al.* Dossiê Diplomacia Científica. **Conjuntura Austral**, v. 11, n. 54, p. 6-8, 2020.

PAYETTE, Julie. Research and Diplomacy 350 Kilometers above the Earth: Lessons from the International Space Station. *Science & Diplomacy*, v. 1, n. 4, 2012.

PALIT, Parama Sinha. China's cultural diplomacy: Historical origin, modern methods and strategic outcomes. **China Research Center**, v. 12, n. 2, p. 12-2, 2013.

Disponível em:

<https://www.chinacenter.net/2014/china-currents/12-2/chinas-cultural-diplomacy-historical-origin-modern-methods-and-strategic-outcomes/>. Acesso em: 16 out. 2024.

PAUTZ, H. *Think-Tanks, Social Democracy and Social Policy*. **Palgrave Macmillan**, 2013.

POLEJACK, Andrei *et al.* Where Is the Global South in the Science Diplomacy Narrative? **Available at SSRN 4278557**, 2022.

QIN, Yaqing. A relational theory of world politics. **International studies review**, v. 18, n. 1, p. 33-47, 2016.

ROYAL SOCIETY. New frontiers in science diplomacy: navigating the changing balance of power. RS Policy document, Jan. 2010. London: the Royal Society, 2010.

RICH, Andrew. **Think tanks, public policy, and the politics of expertise**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

RIBEIRO, Helena; AGUIAR, Anizia. BRICS na produção e distribuição de vacinas de covid-19 aos países do sul. **Saúde e Sociedade**, v. 32, 2023.

RUFFINI, Pierre-Bruno. Conceptualizing science diplomacy in the practitioner-driven literature: a critical review. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 7, n. 1, p. 1-9, 2020.

SALAS-PORRAS, Alejandra; MURRAY, Georgina. **Think Tanks and Global Politics: Key spaces in the global structure of power**. (Eds. by Alejandra Salas-Porras and Georgina Murray). Palgrave Macmillan, 2017.

SIDOROVA, E. Innovation development of BRICS countries, prerequisites and perspectives of cooperation. **International Organizations**, v. 13, n. 1, p. 46, 2018.

STONE, Diane. Think tank transnationalization and non-profit analysis, advice and advocacy. **Global society**, v. 14, n. 2, p. 153-172, 2000.

STONE, Diane. Recycling bins, garbage cans or think tanks? Three myths regarding policy analysis institutes. **Public administration**, v. 85, n. 2, p. 259-278, 2007.

STUENKEL, Oliver. **The BRICS and the future of global order**. Rowman & Littlefield, 2020.

SHAMBAUGH, David L. et al. **China goes global: The partial power**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SHARP, Paul. For diplomacy: Representation and the study of international relations. **International studies review**, v. 1, n. 1, p. 33-57, 1999.

TUREKIAN, Vaughan C. et al. The emergence of science diplomacy. In: **Science diplomacy: new day or false dawn?**. p. 3-24, 2015.

TUREKIAN, Vaughan. The evolution of science diplomacy. **Global Policy**, v. 9, p. 5-7, 2018.

WALKER, David. **On Think Tanks: A think tank 'knowledge society' index – is it possible?** 2014. Disponível em: <
<https://onthinktanks.org/articles/a-think-tank-knowledge-society-index-is-it-possible/>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

WEAVER, R. Kent. The changing world of think tanks. **PS: Political Science & Politics**, v. 22, n. 3, p. 563-578, 1989.

ZHAO, Hong. China's One Belt One Road: An Overview of the Debate. Trends in Southeast Asia, Yusof Ishak Institute n.6, p.1-33, 2016.

ZHAO, Suisheng. Chinese Foreign Policy under Hu Jintao: The Struggle between Low-Profile Policy and Diplomatic Activism. *The Hague Journal of Diplomacy*, v. 5, p.357-378. 2010.

ZENG, Jinghan. Constructing a “new type of great power relations”: the state of debate in China (1998-2014). **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 18, n. 2, p. 422-442, 2016.

ZHENG, Shipping. Rising Confidence Behind the “Chinese Dream”. *Journal of Chinese Political Science*, v.19, n.3, p.35-48, 2014.

ZHU, Xufeng. The influence of think tanks in the Chinese policy process: Different ways and mechanisms. **Asian Survey**, v. 49, n. 2, p. 333-357, 2009.

ZHU, Xufeng. **The rise of think tanks in China**. Routledge, 2012.

ZHU, Xufeng. Think tank management system in China. **East Asian Policy**, v. 9, n. 02, p. 92-99, 2017.

III Belt and Road Forum. Disponível em: <
<http://www.beltandroadforum.org/english/n101/2023/1009/c124-894.html>>. Acesso em: 08 agost. 2024.